



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ATA DA 1ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 14 DE JANEIRO DE 2025

ATA Nº. 1 / 2025

ÍNDICE

1. ABERTURA DA REUNIÃO
2. ORDEM DE TRABALHOS
3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA
 - 3.1. SRª. PRESIDENTE DA A.M.
 - 3.2. APROVAÇÃO DE ATAS
 - 3.2.1. ATA DA VIGÉSIMA QUARTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DOZE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO – ATA NÚMERO VINTE E OITO, DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO
 - 3.2.1.1. VOTAÇÃO
 - 3.2.2. ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A DEZANOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO – ATA NÚMERO VINTE E NOVE, DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO
 - 3.2.2.1. VOTAÇÃO
 - 3.3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ESMERALDA AMOEDO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU
 - 3.3.1. VOTAÇÃO
 - 3.4. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ADÍLIA LOPES, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO

- 3.4.1. VOTAÇÃO
- 3.5. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO CAPITÃO DE ABRIL CARLOS ALMADA CONTREIRAS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO
- 3.5.1. VOTAÇÃO
- 3.6. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO ILUSTRADOR ARLINDO FAGUNDES, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO
- 3.6.1. VOTAÇÃO
- 3.7. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)
- 3.8. SR. DEPUTADO ANTÓNIO LOPES DA COSTA (IN-OV)
- 3.9. SR. DEPUTADO ANÍBAL GUERREIRO (CDU)
- 3.10. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.11. SR. DEPUTADO MIGUEL BUGALHO (PSD)
- 3.12. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.13. SR^a. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 3.14. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)
- 3.15. SR^a. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)
- 3.16. SR. DEPUTADO FREDERICO ANTUNES (CH)
- 3.17. SR^a. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)
- 3.18. SR. DEPUTADO FREDERICO ANTUNES (CH)
- 3.19. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
- 3.20. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.
- 4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
- 4.1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1150/2024 – DMOTDU/DOTPU/DOT – RELATIVA AO RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA DO PERU DO DAFUNDO, NOVA DELIMITAÇÃO DA ÁREA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

DE REABILITAÇÃO URBANA DO DAFUNDO E OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA ENQUADRADA PELO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DO DAFUNDO

4.1.1. VOTAÇÃO

4.1.1.1. SR^a. DEPUTADA MÓNICA ALBUQUERQUE (EO)

4.2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1162/2024 – DMOTDU/DGU – RELATIVA À REDUÇÃO DE 50% DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA POR NÃO CEDÊNCIA DE ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA E ESCLARECIMENTOS SOBRE O MÉTODO DE CÁLCULO DO VALOR DAS ÁREAS A CEDER, SOLICITADO POR “REABILITA, LDA.”, REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA CAPITÃO LEITÃO, EM OEIRAS

4.2.1. VOTAÇÃO

4.2.1.1. SR. DEPUTADO DAVID FERREIRA (EO) - DECLARAÇÃO DE VOTO

4.3. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1199/2024 – GMA – RELATIVA À MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A. – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 3.º TRIMESTRE DE 2024 - APRECIADA

4.4. APRECIÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1201/2024 – GMA – RELATIVA À PARQUES TEJO, E.M. – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO 3.º TRIMESTRE DE 2024 - APRECIADA

4.5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1209/2024 – DMEDSC/DDS/DCS – RELATIVA À ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO, PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTARES PARA A RESPOSTA À MERCEARIA SOCIAL - ADIADA

4.6. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CMO N.º 1243/2024 – DMOTDU/DPERU/DRU – RELATIVA À RETIFICAÇÃO APROVAÇÃO CONDIÇÕES GERAIS DA CELEBRAÇÃO CONTRATO SUBCONCESSÃO USO PRIVATIVO CASA DO GUARDA ESPARGAL (ID 5649), EM PAÇO DE ARCOS, PERTENCENTE AO DOMÍNIO PÚBLICO FERROVIÁRIO

4.6.1. VOTAÇÃO

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

5.1. SR. GARCIA VASCO, MUNÍCIPE DE CASCAIS

5.2. SRª. PRESIDENTE DA A.M.

5.3. SR. GARCIA VASCO, MUNÍCIPE DE CASCAIS

5.4. SRª. PRESIDENTE DA A.M.

5.5. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)

5.6. SRª. PRESIDENTE DA A.M.

5.7. SRª. FILIPA GOMES, MUNÍCIPE DE OEIRAS

5.8. SR. CARLOS RUA, MUNÍCIPE DE OEIRAS

5.9. SRª. PAULA AMBRÓSIO, MUNÍCIPE DE OEIRAS

5.10. SRª. CAROLINA MIGUEL, MUNÍCIPE DE OEIRAS

5.11. SR. VICE-PRESIDENTE DA C.M.O.

5.12. SR. VEREADOR NUNO NETO

5.13. SRª. PRESIDENTE DA A.M.

5.14. SR. DEPUTADO TOMÁS PEREIRA (EO)

5.15. SRª. DEPUTADA ANA SÍLVIA MARQUES (PAN)

5.16. SRª. PRESIDENTE DA A.M.

5.17. SR. DEPUTADO ANTÓNIO VICENTE (IN-OV)

5.18. SRª. DEPUTADA ALEXANDRA TAVARES DE MOURA (PS)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

- 5.19. SR^a. DEPUTADA SÓNIA GONÇALVES (PSD)
- 5.20. SR. DEPUTADO INIGO PEREIRA (PRESIDENTE DA U.F. CARNAXIDE E QUEIJAS)
6. SR^a. PRESIDENTE DA A.M.
7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS			
VOTAÇÃO: <i>unanimidade</i>			
a 18-02-2025			
GRUPOS POLITICOS MUNICIPAIS	S	N	A
IN-OV	14		
PS	2		
PSD	2		
EO	3		
CDU	1		
IL	1		
CH	1		
PAN	1		
INNOVAR ALGÉS	1		
INNOVAR BARCARENA	1		
INNOVAR CARRANHA DE OEIRAS	1		
INNOVAR OEIRAS PAÇO DE ARCOS	1		
INNOVAR PORTO SALVO	1		
S=A FAVOR • N=CONTRA • A=ABSTENÇÃO			

-----ATA DA 1ª. SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 14 DE JANEIRO DE 2025

----- ATA Nº. 1 / 2025 -----

----- Aos catorze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e cinco, no Auditório Municipal, sito no Edifício da Biblioteca Municipal de Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência da Senhora Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, tendo como Primeiro Secretário o Senhor Rui Pedro Gersão Lapa Miller e como Segundo Secretário o Senhor Nuno Miguel de Oliveira Custódio. -----

1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e dez minutos, a Senhora Presidente declarou iniciada a Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e dois Deputados Municipais e cinco Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, Maria Carolina Candeias Tomé, Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe, Ricardo Correia Fernandes, Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, Mónica dos Santos

Albuquerque Correia, David Machado Ferreira, Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira, Teresa Amélia do Carmo Carvalho, Aníbal José Gonçalves Guerreiro, Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes, Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, João Manuel d'Oliveira Antunes, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, Maria Madalena Pereira da Silva Castro e Dinis Penela Antunes) desta Assembleia Municipal. -----

-----Os Senhores Deputados Diogo Mota Rodrigues de Oliveira, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Sílvia Maria Mota dos Santos, do Partido Socialista, Carlos Alberto de Sousa Coutinho e João Rafael Marques Santos, da Coligação Democrática Unitária e Francisco O'Neill Marques, do Partido Chega, pediram a sua substituição, tendo sido substituídos pelos Senhores Deputados Maria Carolina Candeias Tomé, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Ricardo Correia Fernandes, do Partido Socialista, Teresa Amélia do Carmo Carvalho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária e Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes, do Partido Chega. -----

-----Faltou a Senhora Deputada Anabela Martins dos Santos e Carneiro de Brito, do Partido Iniciativa Liberal, tendo a Mesa justificado a respetiva falta. -----

-----Representaram a Câmara Municipal de Oeiras o Senhor Vice-Presidente Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e os Senhores Vereadores Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Susana Isabel Costa Duarte e Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto.-----

2. ORDEM DE TRABALHOS -----

-----Foi estabelecida para a presente reunião a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1150/2024 – DMOTDU/DOTPU/DOT – relativa ao Relatório de ponderação da discussão pública do PERU do Dafundo, nova delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Dafundo e Operação de Reabilitação Urbana enquadrada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Dafundo; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1162/2024 – DMOTDU/DGU – relativa à Redução de 50% da compensação Urbanística por não cedência de área para equipamentos de utilização coletiva e esclarecimentos sobre o método de cálculo do valor das áreas a ceder, solicitado por “Reabilita, Lda.”, referente a imóvel sito na Rua Capitão Leitão, em Oeiras; -----

3. Apreciação da Proposta CMO N.º 1199/2024 – GMA – relativa à Municíпия – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. – Relatório de Execução Orçamental – 3.º Trimestre de 2024; -----

4. Apreciação da Proposta CMO N.º 1201/2024 – GMA – relativa à Parques Tejo, E.M. – Relatório de Execução Orçamental do 3.º Trimestre de 2024; -----

5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1209/2024 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa à Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, para aquisição de produtos alimentares para a resposta à mercearia social; -----

6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1243/2024 – DMOTDU/DPERU/DRU – relativa à Retificação aprovação condições gerais da celebração Contrato Subconcessão Uso Privativo Casa do Guarda Espargal (ID 5649), em Paço de Arcos, pertencente ao domínio público ferroviário. -----

----- **Antes do início da Sessão, o Grupo Coral da Universidade Sénior de Oeiras (USO) veio cantar as Janeiras.** -----

3. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

3.1. A Senhora Presidente da A.M. iniciou a Sessão dizendo o seguinte:-----

----- “Ora bem, temos duas atas para aprovar.” -----

3.2. APROVAÇÃO DE ATAS -----

3.2.1. Ata da Vigésima Quarta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a doze de novembro de dois mil e vinte e quatro – Ata número vinte e oito, de dois

mil e vinte e quatro.-----

3.2.1.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e quatro votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça e Maria Carolina Candeias Tomé), dois do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura e Jorge Manuel Damas Martins Rato), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho) três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-- -----

-----Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves, João Carlos Macedo Viegas e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues e António Rita Martins



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Caro, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes, do Partido Socialista, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, Teresa Amélia do Carmo Carvalho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro, da Coligação Democrática Unitária e Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes, do Partido Chega, não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito.-----

3.2.2. Ata da Vigésima Quinta Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, realizada a dezanove de novembro de dois mil e vinte e quatro – Ata número vinte e nove, de dois mil e vinte e quatro. -----

3.2.2.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente da A.M. submeteu à votação esta Ata, a qual foi aprovada por unanimidade com vinte e sete votos a favor, sendo treze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho) três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), um da Coligação Democrática Unitária (Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira

Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-- -----

-----Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves, João Carlos Macedo Viegas e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena e Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira, do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Os Senhores Deputados Maria de Fátima dos Santos Rodrigues e Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques, do Partido Social Democrata, Teresa Amélia do Carmo Carvalho, da Coligação Democrática Unitária e Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes, do Partido Chega não votaram esta Ata, uma vez que não estiveram presentes na reunião a que a mesma diz respeito.-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“... quatro votos de pesar, e a estes votos de pesar soube agora, quando entrei, que tinha falecido o pai da nossa colega Teresa Sá Pereira e, portanto... Como? Senhor Viriato Pereira. Se ninguém se opuser, quando fizermos o minuto de silêncio por estas pessoas que estão aqui nos votos de pesar incluiríamos também o pai desta nossa colega, militante do Partido Socialista. ---

-----Eu vou ler o primeiro voto de pesar apresentado pela CDU.” -----

3.3. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ESMERALDA AMOEDO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Faleceu no passado dia vinte e seis de dezembro aos oitenta e oito anos, Esmeralda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Amoedo, Múncipe de Oeiras, residente em Caxias, uma fadista que deixa um legado que lhe dará certamente um lugar de relevo na História do Fado.-----

----- Esmeralda Amoedo nasceu em Lisboa a quinze de maio de mil novecentos e trinta e seis. Foi a primeira vencedora da Grande Noite do Fado, cuja edição de estreia ocorreu em mil novecentos e cinquenta e três e que lançou definitivamente a carreira profissional desta cantadeira, que já tinha ganho excelente reputação desde que, aos catorze anos, começou a atuar regularmente como amadora. -----

----- Atuou no Teatro de Revista, tendo-se estreado no Teatro ABC, com Ivone Silva, tendo pisado o palco várias vezes no estrangeiro, nomeadamente na Austrália, Canadá, França, Bélgica, Holanda, Suíça e Alemanha. Venceu o "Microfone de Ouro" atribuído pelo Rádio Clube Português e recebeu o Prémio Carreira em dois mil e três, entregue no decorrer do Concurso da Grande Noite de Fado desse ano. -----

----- A sua carreira e empenho no tecido associativo, recreativo e cultural da Grande Lisboa confere um papel relevante na defesa da raiz popular, urbana, genuína e progressista do fado, contrariando a imagem dada pela manipulação ideológica e o aproveitamento propagandístico que dele fez o fascismo português. Destaca-se ainda a sua atuação em diversas edições da Festa do "Avante!" e a participação no Movimento Democrático das Mulheres (MDM), tendo aí também contribuído para a luta e emancipação das mulheres no pós Vinte e Cinco de abril, nomeadamente em diversas iniciativas culturais do movimento. -----

----- Assim, o Grupo Municipal do PCP propõe que a Assembleia Municipal de Oeiras reunida na sessão de catorze de janeiro de dois mil e vinte e cinco, delibere: -----

----- Um. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Esmeralda Amoedo, expressando à sua família e amigos as mais sentidas condolências, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

----- Dois. Recomendar à Câmara Municipal de Oeiras para que envide esforços no sentido

de homenagear evocativamente Esmeralda Amoedo, nomeadamente através de uma iniciativa cultural.-----

-----Três. Remeter o presente voto de pesar à sua família.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Alguém pretende pronunciar-se sobre este voto de pesar? Não havendo mais intervenções, eu punha à votação.”-----

3.3.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Teresa Amélia do Carmo Carvalho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

(João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- As Senhoras Deputadas Diana Leonor Alves Gonçalves e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva, do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, não estavam presentes na altura da votação.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 1/2025** -----

----- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ESMERALDA AMOEDO, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DA CDU** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Esmeralda Amoedo, expressando à sua família e amigos as mais sentidas condolências, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----

----- Recomendar à Câmara Municipal de Oeiras que envide esforços no sentido de homenagear evocativamente Esmeralda Amoedo, nomeadamente através de uma iniciativa cultural, bem como remeter o referido voto à sua família.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da

ata.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Eu pedia-lhe o favor de ler.”-----

3.4. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ADÍLIA LOPES, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO-----

-----O **Senhor Deputado Rui Miller (IN-OV), Primeiro Secretário**, leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Adília Lopes, pseudónimo literário de Maria José da Silva Viana Fidalgo de Oliveira, nasceu em Lisboa a vinte de Abril de mil novecentos e sessenta, e, como recordou o Presidente da República, Adília Lopes foi uma poetisa "única na sua geração e que deu uma visão alternativa do que é a poesia". Adília Lopes frequentou a licenciatura em Física, na Universidade de Lisboa, que viria a abandonar tendo-se posteriormente licenciado em Literatura e Linguística Portuguesa e Francesa, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.-----

-----De acordo com a biografia no portal da Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) as principais influências literárias assumidas por Adília Lopes são Sophia de Mello Breyner Andresen, Ruy Belo, a Condessa de Ségur, Emily Brontë, Enid Blyton, Roland Barthes e Nuno Bragança estando a sua obra marcada por temas do quotidiano, principalmente femininos e domésticos, que são tratados com humor e auto-ironia, candura e crueza, inteligência e intencionalidade.-----

-----A propósito da singularidade da obra de Adília Lopes, João Dionísio refere a "apropriação de outros autores, com inúmeras citações explícitas, truncadas, parodiadas, e muito humor, mas apropriando-se também da cultura cinematográfica, da cultura popular e «da trivialidade discursiva» " -----

-----A sua obra inclui títulos como O Poeta de Pondichéry, Manhã, Bandolim, Estar em Casa, Dias e Dias, Choupos e, os seus trinta e seis anos de produção literária estão reunidos em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Dobra, que a Assírio & Alvim reeditou e atualizou em setembro de dois mil e vinte e quatro. -----
----- No obituário de Luís Queirós, no jornal Público onde Adília foi também cronista, é referido o interesse internacional na sua obra de Espanha ao Brasil entre outros países onde a sua obra tem vindo a ser estudada e, por suscitar o pensamento crítico sobre diferentes campos do saber, podendo-se inclusivamente falar em estudos adilianos. -----
----- Pelo seu percurso de vida e contributo para a literatura portuguesa, o Grupo Político Evoluir Oeiras propõe à Assembleia Municipal de Oeiras reunida a catorze de janeiro de dois mil e vinte e cinco, delibere: -----
----- Um. Aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento de Adília Lopes,-----
----- Dois. Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências,-----
----- Três. Que o presente voto seja publicado em pelo menos um jornal de âmbito nacional,-----
----- Quatro. Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.” -----

3.4.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins

Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Teresa Amélia do Carmo Carvalho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

-----As Senhoras Deputadas Diana Leonor Alves Gonçalves e Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 2/2025**-----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ADÍLIA LOPES, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um voto de pesar pelo falecimento de Adília Lopes, manifestando à família enlutada, as mais sentidas condolências, observando um minuto de silêncio em sua homenagem, bem como a publicação do referido voto em pelo menos um jornal de âmbito nacional. -- -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Pedia agora ao Doutor Nuno Custódio (IN-OV) o favor de ler o terceiro voto de pesar.”-----

3.5. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO CAPITÃO DE ABRIL CARLOS ALMADA CONTREIRAS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO --- -----

----- O Senhor Deputado Nuno Custódio (IN-OV), Segundo Secretário, leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve:-----

----- “Morreu no passado dia dezoito de dezembro o Comandante Carlos de Almada Contreiras. -----

----- Nasceu em Aljustrel em mil novecentos e quarenta e um. Foi o mais influente e empenhado oficial de Marinha no processo que conduziu ao derrube da ditadura em Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro pelas forças do Movimento das Forças Armadas (MFA).-----

----- O comandante Contreiras foi um homem solidário, inteligente, corajoso, e persistente na conquista dos seus ideais. Foi também um homem discreto, que nunca se quis evidenciar, afastando-se de homenagens ou de manifestações elogiosas. -----

----- O Comandante Almada Contreiras amava profundamente a Marinha tendo tido como momento mais alto da sua carreira o comando em Angola da Lancha de Fiscalização Grande

Centauro. Nesta altura a Marinha vivia um período de grande atividade associativa e cultural, com clara incidência política de oposição ao regime. Almada Contreiras, a partir de então, será um dos principais dinamizadores dessas movimentações. Em mil novecentos e setenta e três, logo após o início do Movimento dos Capitães, integra o primeiro grupo de contacto com os camaradas do Exército, tarefa que não mais abandonará até ao Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, participando em inúmeras reuniões clandestinas, algumas delas em Algés entre as quais a célebre reunião dentro da sua Renault quatro em frente à Pastelaria Nortenha com Melo Antunes e Martins Guerreiro. Colabora na elaboração do Documento de Cascais e integra a Comissão de Redação do Programa do MFA. -----

-----Na fase final da preparação do Plano de Operações para o derrube do regime, não existia um sistema de comunicações fiável, entre todas as unidades do Exército que garantisse o envio da mensagem de confirmação do início das operações. É Almada Contreiras que propõe que essa mensagem seja enviada através de uma estação de radiodifusão de âmbito nacional, com a transmissão numa hora pré-definida, de uma música previamente estabelecida. Assim, combina com o jornalista Álvaro Guerra que a senha final para dar início às operações militares do Vinte e Cinco de Abril seja a "Grândola Vila Morena" cantada por José Afonso. -----

-----Na madrugada de Vinte e Cinco de Abril o Comandante Contreiras está no Centro de Comunicações da Armada, fazendo a ligação ao Posto de Comando do MFA. A sua atuação nesse dia é de extraordinária importância:-----

-----Após a chegada da coluna de Salgueiro Maia ao Terreiro do Paço, o Chefe do Estado Maior da Armada ordena à fragata Gago Coutinho, que se dirija ao Largo do Terreiro do Paço no sentido de ripostar as forças revoltosas. O comandante Contreiras, através da Esquadilha de Submarinos, envia mensagens para bordo da fragata, incentivando o imediato e oficiais da guarnição a neutralizarem qualquer ação hostil. -----

-----Na Ordem de Operações para o dia Vinte e Cinco de Abril não estavam designadas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

forças para ocupar a sede da PIDE/DGS nem forças para ocupar a cadeia de Caxias e libertar os presos políticos. Contreiras dá indicações à Força de Fuzileiros do Continente e à Escola de Fuzileiros para que enviem duas unidades para tomarem esses objetivos, que foram realizados com sucesso. ---

----- Contreiras virá ainda a desempenhar um papel fundamental na ligação dos Capitães de Abril a Oficiais das Forças Armadas Espanholas, que virão a formar a UMD, determinante no fim do regime da ditadura franquista. Fará ainda parte da Comissão Coordenadora do MFA, do Conselho de Estado e do Conselho da Revolução.-----

----- Após o Vinte e Cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco o Comandante Almada Contreiras é preso, ironicamente, na prisão de Caxias. A sua carreira militar ficou então definitivamente destroçada pelas administrações da Marinha, num processo de perseguição aos militares do MFA.-----

----- Nos últimos anos da sua vida, Contreiras dedica-se a coordenar alguns livros de memória histórica, das quais se destacam: "Operação Viragem Histórica – Vinte e Cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro", "A Noite que Mudou a Revolução de Abril - A Assembleia Militar de Onze de Março de mil novecentos e setenta e cinco".-----

----- O comandante Almada Contreiras foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade.-----

----- Importa nunca esquecer os militares que derrubaram o regime de ditadura e tal como estava inscrito no programa do MFA, instauraram a Liberdade e a Democracia dando o poder ao povo promovendo eleições universais e livres.-----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras associa-se aos seus familiares e amigos, propondo à Assembleia Municipal de Oeiras que aprove um voto de pesar pelo seu falecimento e que delibere:

----- Prestar homenagem com um minuto de silêncio em sua honra,-----

----- Comunicar este voto à família, realizando uma publicação no sítio da Assembleia

Municipal e em, pelo menos, um jornal diário de expansão nacional.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Vou passar à votação deste voto de pesar pelo falecimento do Capitão Carlos Almada Contreiras.” -----

3.5.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovado por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), dois do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Teresa Amélia do Carmo Carvalho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). - -----

----- Os Senhores Deputados Diana Leonor Alves Gonçalves e João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho, do Partido Social Democrata, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 3/2025** -----

----- **VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO CAPITÃO DE ABRIL CARLOS ALMADA CONTREIRAS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, dois do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Capitão de Abril Carlos Almada Contreiras, prestando-lhe homenagem com um minuto de silêncio em sua honra, bem como comunicar o referido voto à família, realizando uma publicação no sítio da Assembleia Municipal e em, pelo menos, um jornal diário de expansão nacional. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Está, portanto, aprovado por unanimidade.-----

-----Vou ler o último voto de pesar que tenho na Mesa, pelo falecimento do ilustrador Arlindo Fagundes.”-----

3.6. VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO ILUSTRADOR ARLINDO FAGUNDES, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO -----

-----A Senhora Presidente da A.M. leu o Voto de Pesar mencionado em título, que a seguir se transcreve: -----

-----“Arlindo Fagundes, nascido em Ovar a três de julho de mil novecentos e quarenta e cinco, foi realizador de cinema, ceramista, e uma referência na autoria de banda desenhada e na ilustração tendo frequentado o curso de Desenho e Pintura, na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa.-----

-----Após a queda do Estado Novo, quando regressa do seu exílio em França, Arlindo Fagundes inicia a atividade de ceramista, criando uma galeria de papudos bonecos figuras de barro branco cozido, de expressão nacional e regional. Os seus bonecos foram diversificados e incluíram: o juiz, o polícia de choque, o estudante de Coimbra entre outros que podem ser encontrados no Museu de Olaria de Barcelos e também em coleções privadas. Foi também autor do Manual Prático de Introdução à Cerâmica e o seu trabalho nesta área valeu-lhe o primeiro prémio de Design Artesanal de Vila Nova da Cerveira em mil novecentos e oitenta e sete. -----

-----Na autoria de banda desenhada, destacou-se pela personagem Pitanga, que teve três álbuns: La Chavalita, O Colega de Sevilha e A Rapariga do Poço da Morte - este último premiado com o troféu de Melhor Argumento no Festival da Amadora, em dois mil e três. -----

-----Como caricaturista colaborou em vários jornais regionais como o Correio do Minho, o semanário Minho, a Patada, República, Sempre Fixe, Norte Popular e a Alavanca. -----

-----Para além deste percurso, Arlindo Fagundes ilustrou a coleção Viagens no Tempo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

dirigida ao público infanto-juvenil tendo sido, no entanto, o conhecido ilustrador da série infanto-juvenil da autoria de Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada: Uma Aventura que, iniciada em mil novecentos e oitenta e dois, é atualmente constituída por sessenta e seis aventuras vividas nos mais diversos recantos de Portugal e do mundo e cuja coleção completa integra o Plano Nacional de Leitura. É Arlindo Fagundes o ilustrador das aventuras de Pedro, Chico, das gémeas Teresa e Luísa, do seu cão, Caracol, do João e do seu cão Faial, que fazem parte do imaginário dos leitores mais jovens do nosso país e dos que cresceram também com estas aventuras. -----

----- Pelo seu percurso de vida e contributo para a cultura portuguesa, propõe-se que a Assembleia Municipal de Oeiras reunida a catorze de janeiro de dois mil e vinte e cinco, por proposta do Grupo Político Evoluir Oeiras, delibere:-----

----- Um. Aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento de Arlindo Fagundes;-----

----- Dois. Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências, bem como às autoras Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada; -----

----- Três. Que o presente voto seja publicado em pelo menos um jornal de âmbito nacional;

----- Quatro. Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Ponho à votação.” -----

3.6.1. VOTAÇÃO -----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação este Voto de Pesar, o qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria

Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Teresa Amélia do Carmo Carvalho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes), um do Partido Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes).-- -----

-----Os Senhores Deputados Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves e João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras não estavam presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 4/2025**-----

-----**VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO ILUSTRADOR ARLINDO FAGUNDES, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO MUNICIPAL DO EO**-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e quatro votos a favor, sendo quinze do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido Chega, um do Partido Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar um voto de pesar pelo falecimento de Arlindo Fagundes, manifestando à família enlutada as mais sentidas condolências, bem como às autoras Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada;-----

----- Publicar o referido voto em pelo menos um jornal diário de âmbito nacional, bem como observar um minuto de silêncio, em sua homenagem. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Está, portanto, aprovado por unanimidade. -----

----- Caros colegas, faríamos um minuto de silêncio em memória destas cinco pessoas que nos deixaram durante estes dias. Façamos então um minuto de silêncio.” -----

----- **Foi feito um minuto de silêncio em memória de Viriato Pereira, Esmeralda Amoedo, Adília Lopes, Carlos Almada Contreiras e Arlindo Fagundes.**-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Vamos agora dar continuidade aos nossos trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia. Pergunto se algum dos senhores pretende usar da palavra. Vou dar então a palavra ao Senhor Deputado António Balcão Vicente (IN-OV).” -----

3.7. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhor Vereador, público que nos assiste através

das plataformas e presencialmente. Antes de mais nada, um bom ano para todos. -----

-----Na passada quinta feira, durante o evento do Dia da Democracia realizado na Escola Secundária Aquilino Ribeiro, em Talaíde, tive oportunidade de assistir às várias intervenções dos jovens que representam (ou representavam no momento) os vários grupos políticos de Oeiras. ---

-----E confesso que fiquei deliciado. Sobretudo porque ouvi uma das mais apaixonadas defesas de políticas a favor de programas de construção de habitação pública. -----

-----Até aqui nada de estranho. Afinal, estamos no Concelho de Oeiras, onde a política de construção de habitação pública é uma realidade palpável e tida como uma prioridade. -----

-----Surpreendente, no entanto, foi o facto de essa intervenção não ser do jovem representante da JS, cujo partido, com o último Governo de António Costa, percebeu a importância dessa política e se associou aos projetos que em Oeiras há muito aguardavam a colaboração do governo da República. -----

-----E tão pouco foi proferida pelo representante da JSD, apesar de o atual governo ter também aderido, - tardiamente, é certo, mas mais vale tarde do que nunca – às políticas de habitação do Município de Oeiras. -----

-----O estranho e algo inédito (isso sim), - o que de alguma forma me levou a quase me beliscar para me certificar de que não estava a sonhar – foi essa intervenção ter sido apresentada pelo representante do grupo Evoluir Oeiras, o senhor deputado municipal desta Assembleia, David Machado Ferreira, indicado para aquela coligação pelo Bloco de Esquerda. -----

-----O sonho durou pouco. Porque se esqueceu de fazer a mais pequena referência ao espaço em que essa política de construção de habitação pública se materializaria. -----

-----Foi então que, de alguma forma, percebi (ou acho que percebi mesmo) a explicação para o que eu entendia ser uma lacuna grave. -----

-----O Evoluir Oeiras, afinal, tinha atingido a sua Epifania. -----

-----Certamente, alicerçado numa recentíssima evolução da Inteligência Artificial ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não dominada pelo comum dos mortais, o Evoluir apresentava naquela Assembleia do Dia da Democracia o seu protótipo do novo programa que consubstancia a sua política habitacional pública para o Concelho de Oeiras e que, na falta de qualquer acrónimo que a possa designar poderemos definir como Programa Levitacional de Construção de Habitação Pública.-----

----- Tenho sérias dúvidas sobre a existência do termo Levitacional nos muitíssimos dicionários de Língua Portuguesa, mas certamente tal deriva do tradicional atraso dos linguistas em reconhecer a evolução da Língua que insiste, aliás como dizia Ferdinand de Saussure, em fugir da gramática mal eles pensam que ali afinal tinha sido aprisionada. -----

----- Em qualquer dos casos, mantenho a minha dúvida, até porque, ao contrário de muitos, tenho um certo orgulho em ter mais dúvidas do que certezas. -----

----- Mas voltando ao tema que defini como Programa Levitacional de Construção de Habitação Pública do Evoluir, reconheço que a única explicação para aquela lacuna do Senhor Deputado David Ferreira (EO), só pode ser essa. O Evoluir descobriu a técnica para contruir em levitação, não necessitando, assim, de terrenos para implantar os imóveis.-----

----- E confesso que, inicialmente, essa ideia me conquistou. Assim, poderíamos manter os nossos campos relvados ou com a sua vegetação espontânea, no caso em que não houvesse pretendentes a implantar grandes explorações agrícolas nos terrenos de Oeiras, regressando de alguma forma a uma mirífica idade de ouro agora idealizada pelos defensores de um novo milenarismo. -----

----- Mas rapidamente me apercebi de alguns inconvenientes deste conceito habitacional. A sombra projetada pelos novos blocos de apartamentos, embora contribuíssem, numa primeira fase, para aliviar o progressivo aquecimento global (posteriormente agravá-lo-iam de certeza), certamente iria impedir-me de gozar o doce calor dos últimos raios de um belo sol poente.-----

----- Mas sobretudo, lembrei-me um pouco depois, que não suportaria viver com o receio do desabamento daqueles blocos de apartamentos, em resultado de uma eventual falha da energia

que lhes garantia a levitação, isto à semelhança dos habitantes resistentes de uma certa aldeia gaulesa, aquela célebre aldeia gaulesa do Astérix, que viviam no permanente temor de que o céu lhes caísse em cima. -----

-----Vem isto a propósito, senhoras e senhores deputados, do rasgar das vestes de tantos especialistas a propósito da recente publicação da Lei dos Solos. -----

-----Curiosamente, não consta que algum deles necessite de casa para viver ou que se encontre em alguma lista de espera para poder ter direito a uma habitação digna. -----

-----É muito fácil falar de barriguinha cheia. -----

-----A realidade, no entanto, é clara como a água. -----

-----Ponto um – A Lei Número trinta e um/dois mil e catorze de trinta de maio reduziu drasticamente as áreas onde era possível a construção urbana, do que resultou inevitavelmente um anormal aumento de preços desses terrenos. É normal que isso aconteça. A escassez de um produto torna-o naturalmente mais caro. É a lei do mercado. -----

-----Ponto dois – O aumento de preços dos terrenos contribuiu fortemente para o aumento do preço da habitação, ao mesmo tempo que impedia que nova construção pública se realizasse, dados os preços proibitivos dos terrenos urbanos. Estava criado o ambiente perfeito para que a especulação se sentisse totalmente à vontade e todos conhecemos perfeitamente o resultado deste processo. A inexistência de casas a preços de aquisição ou arrendamento acessíveis. -----

-----Ponto três – Em resultado desta situação, assistimos a um empobrecimento galopante, não já da classe média baixa, aquela que maioritariamente neste país aufere o ordenado mínimo, mas da classe média, entendida como a que aufere o vencimento médio vigente hoje em Portugal, que no último mês de setembro correspondia se cifrava em mil quinhentos e vinte e oito euros brutos por trabalhador. -----

-----São estes cidadãos e os seus filhos que, neste momento, estão a ser despedidos das casas que não conseguem pagar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- São os filhos destes cidadãos que estão a ser expulsos das áreas onde nasceram e onde cresceram para áreas marginais onde a habitação seja mais barata. -----

----- São os cidadãos altamente qualificados que, atraídos pelas políticas inovadoras a nível científico e a nível tecnológico que justificam o desenvolvimento do Concelho de Oeiras, que não conseguem uma habitação digna neste Concelho onde trabalham e ajudam a crescer e a desenvolver-se. -----

----- Importa, pois, e é fundamental, é de elementar justiça fazê-lo, importa denunciar a demagogia e a hipocrisia dos que, afirmando-se defensores da habitação pública, tudo fazem para que não possa concretizar-se, como se a habitação pudesse ser construída suspensa no ar, em permanente levitação. -----

----- Tal hipocrisia e tal demagogia são criminosas. -----

----- Mas Oeiras prossegue, calmamente, no caminho da resolução do problema habitacional. -----

----- Quase poderia dizer-se, sem pretender ofender ninguém (sem pretender ofender ninguém), que “os cães ladram e a caravana passa”. -----

----- Porque para nós, nós Inovar, o importante são as pessoas. E é para elas que, ao contrário dos que se enrolam num palavreado fútil, nós cumprimos e fazemos. -----

----- Nós fazemos e apresentamos resultados daquilo que fazemos. Como sempre fizemos, desde que fomos pioneiros em eliminar a ignomínia social que era a existência das barracas. -----

----- Por isso continuamos a fazer, de forma pioneira. Fomos os primeiros a apresentar projetos palpáveis quando o PRR surgiu. -----

----- Por isso somos os primeiros a apresentar trabalho feito. Porque nós não prometemos. Nós fazemos. -----

----- Que sirva de exemplo a conclusão do primeiro empreendimento em todo o país, volto a frisar, em todo o país, construído com recurso às verbas do PRR. -----

-----Trata-se do empreendimento do Alto da Montanha, tão vilipendiado pela extrema esquerda, nesta Assembleia e nas redes sociais.-----

-----Tenham agora coragem de acoessar as sessenta e quatro famílias a quem serão entregues, a quem serão atribuídos os trinta e dois apartamentos TDois e os trinta e dois apartamentos TTrês de renda acessível, pelo concurso que está a decorrer neste preciso momento.

-----Saliente-se que a esta atribuição de casas TDois e TTrês concorreram quinhentas e noventa e oito famílias. -----

-----E quinhentas e noventa e oito famílias é um número demasiado complicado, é um número que nos devia fazer pensar a todos. Enquanto a extrema esquerda se refugia numa demagogia hipócrita e barata que cada vez, aliás, convence menos gente, nós construímos e damos resposta às pessoas, nós fazemos. -----

-----Porque o importante, efetivamente, são as pessoas. -----

-----Por isso, este investimento de treze milhões novecentos e oitenta e dois mil e dezasseis euros, repartido entre os doze milhões cento e setenta e oito quinhentos e noventa euros do PRR e os dois milhões e trinta e seis mil quatrocentos e cinquenta e três de capitais próprios, cuja primeira pedra foi lançada em vinte de janeiro de vinte e três, com a presença do então Primeiro Ministro Doutor António Costa, permitiu uma construção em tudo de acordo com as melhores soluções ambientais: -----

-----Fachada ventilada com isolamento térmico;-----

-----Bombas de calor de duzentos litros; -----

-----Janelas com caixilharia térmica com alta eficiência energética;-----

-----Estores elétricos, e de alta eficiência térmica;-----

-----Iluminação eficiente e de baixo consumo com recurso a sensores de deteção de movimento nas áreas comuns. A iluminação em áreas comuns apenas se ativa quando a luminosidade do espaço assim obriga, prevenindo ativação desnecessária; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Revestimento térmico do edifício; -----

----- Sistemas de produção de calor com recurso a energia limpa – luz solar;-----

----- Plantação de árvores na área envolvente; -----

----- Elevadores com consumo eficiente.-----

----- É assim que nós respondemos às necessidades dos oeirenses, conscientes de que os seus sonhos são os nossos objetivos. -----

----- Construindo com os pés bem assentes na terra que amamos, enquanto outros apenas têm discursos vazios. -----

----- Nós, nós fazemos, Senhores Deputados. -----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado António Lopes da Costa (IN-OV), faça favor.” -----

3.8. O Senhor Deputado António Lopes da Costa (IN-OV) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. Senhora Presidente, Senhor Vice-Presidente, Vereadoras e Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, caras e caros funcionários, oeirenses.

----- O ano de dois mil e vinte e cinco começou da mesma forma que acabou o ano de dois mil e vinte e quatro. Com excelentes notícias para Algés, com ótimas notícias para Oeiras, mas com péssimas novidades para a coligação do bota abaixo designada de Evoluir Oeiras e constituída pelo Bloco de Esquerda, pelo Livre e pelo Volt. -----

----- Vão avançar as obras na Ribeira de Algés. -----

----- Permitam-me que faça um considerando inicial nesta minha intervenção, para destacar que, de facto, é fundamental na vida pública e na ação política, desempenhar um trabalho digno de ser reconhecido, a nível nacional e internacional, de prossecução do interesse público e de melhoria das condições de vida de quem vive no Concelho. -----

----- E é fundamental, porque encontra o apoio da maioria dos munícipes, permitindo atingir

uma maioria absoluta, como aconteceu nas últimas eleições e como, certamente, voltará a acontecer nas próximas e, dessa forma, constituir, também, uma bancada parlamentar como a que existe nesta Assembleia, multifacetada, constituída por pessoas diversas, de diferentes setores e com diferentes valências, de freguesias distintas, estando, por isso, mais aptas para conhecer os problemas do nosso Concelho.-----

-----Ao contrário do que acontece com outras bancadas, em que têm de efetuar eventos para se darem a conhecer, de bater à porta das instituições para agendarem visitas, ou procurando ter conhecimentos perguntando a quem os tem, na bancada do IN-OV isso não acontece.-----

-----Não acontece, porque nós não estamos sentados confortavelmente no nosso escritório ou gabinete de trabalho, à procura, nas redes sociais, de notícias que criem condições para que possamos dar sinais de vida. E muito menos procuramos explorar a fraqueza das pessoas, descobrindo os seus medos e anseios chamando a comunicação social para causar o pânico junto da população. -----

-----Resultado de décadas de trabalho ao serviço de Oeiras, e de uma maioria absoluta de cidadãos que conhece publicamente esse trabalho, a bancada do IN-OV também tem, nesta Assembleia, um membro que vive (imaginem!) no Largo Comandante Augusto Madureira. -----

-----É verdade. Ainda que não estivesse em casa no momento em que se deu o colapso, o mesmo ocorreu na rua onde eu moro e onde sempre morei. E o automóvel que estava estacionado, na Rua Conde Rio Maior, no ano anterior, quando ocorreram as cheias, mesmo à frente do local onde termina a ribeira a céu aberto. era o meu. Consegui retirá-lo com água pelo joelho e sentindo no local e, depois, na Avenida dos Bombeiros, a força da água a correr em direção ao Tejo. -----

-----Sendo certo que foram dois episódios distintos, eu, que vivo neste largo, que conheço melhor do que ninguém as minhas preocupações e as dos meus vizinhos, nunca senti a necessidade de gerar alarmismo, de procurar culpados e exigir que fossem os oeirenses a pagar integralmente uma fatura que, como sempre se disse, devia ser partilhada por outras entidades públicas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Os problemas estavam identificados pela Câmara Municipal há vários anos, o mesmo se sucedendo no que diz respeito às soluções. Por isso, exigir o sacrifício total aos oeirenses corresponderia a abdicar do cumprimento de funções essenciais do Município, porque não dispondo a Câmara de recursos financeiros ilimitados, exigir que fosse o Município a pagar toda a conta seria descurar o cumprimento de funções sociais, educativas e nos mais diversos domínios, sem se perceber, aliás, qual seria a solução preconizada: se passaria por abdicar de atribuir bolsas de estudo, por exemplo, ou de acudir a situações de emergência social para assumir exclusivamente uma política do betão, assumindo a Câmara Municipal de Oeiras o pagamento da conduta desde o Largo Comandante Augusto Madureira até ao rio, já no Município de Lisboa, ou se passaria por deitar abaixo os prédios, despejando centenas ou milhares de pessoas, ao arrepio de qualquer legislação que se conheça. -----

----- E digo mais. Quem exigia que o Município procedesse, sozinho e a suas expensas, a execução de todos os trabalhos, não pode fazer a mínima ideia daquilo que fala, sendo público que a Ribeira de Algés nasce no Concelho da Amadora, recebendo águas de dois concelhos vizinhos, sabendo que foi alargada para oito metros entre a antiga praça de touros e a linha de comboios e que daí para a frente continua com uma largura de apenas quatro metros, com natural existência de refluxo, desagua no Rio Tejo no território de Lisboa, através de duas pequenas condutas que, ainda para mais e por não terem a devida atenção, estão sistematicamente obstruídas e com areia.

----- Permitam-me que termine este considerando inicial com uma última questão: é que ao longo deste período de tempo entre o colapso e o dia de hoje, não ouvi ainda os mestres da gritaria a fazerem qualquer elogio à obra que foi feita de reparação da conduta com a colocação de novas estruturas e a criação de uma bacia de retenção junto ao Quintalão, que foi acompanhada com a requalificação de todo o largo, que melhorou significativamente as condições, sobretudo na mobilidade pedonal, com a criação de passagens para peões, de um novo passeio, realocação de ecopontos e caixotes de lixo, rearborização e execução de podas e colocação de um pavimento

novo, muito mais seguro e onde, aliás, um dos meus filhos até já aprendeu a andar de bicicleta. --

-----Esse elogio não foi feito, mas há conclusões que são inerentes às ações. E, de todas as forças políticas, associações, movimentos e outros agentes, que eu tenha reparado neste hiato de tempo, houve apenas um evento que foi organizado por uma associação, para tirar partido das obras de melhoria do Largo Comandante Augusto Madureira com o apoio do Município e da União das Freguesias, da PSP e de várias instituições, esse evento foi organizado (imaginem!) pelo Evoluir Oeiras. -----

-----Mas vamos ao que realmente interessa. -----

-----Nesta Assembleia, quando confrontado com os repudiáveis gritos do pânico, o Presidente Isaltino repetiu não sei por que vez, o histórico relacionado com a temática da ribeira, anunciando a realização de uma reunião para breve. -----

-----E assim foi. -----

-----A vinte de dezembro de dois mil e vinte e quatro, após a reunião com a Ministra do Ambiente, fomos convocados para uma conferência de imprensa a ocorrer na tarde desse mesmo dia. Curiosamente, a preocupação e o pavor de alguns dos membros desta Assembleia Municipal não foi suficiente para os motivar a estarem presentes, ainda que, lá está (!), a brigada do bota-abaixismo não tenha deixado de protagonizar o seu número, desta feita através do membro da Assembleia de Freguesia. -----

-----Não vou perder assim muito tempo sobre o que foi dito na apresentação extraordinária da Vereadora Joana Baptista, tendo sido referido, uma vez mais, que após a execução dos trabalhos correspondentes à primeira fase e ao primeiro troço, que incide sobre a parte crítica entre o Largo Comandante Augusto Madureira e a Avenida dos Bombeiros Voluntários de Algés, a principal urgência na execução dos trabalhos que deve corresponder à segunda fase, ocorre entre a linha de caminho de ferro e a foz da ribeira ou seja, incluindo já o Concelho de Lisboa. -----

-----Importa aqui esclarecer, uma vez mais, que o relatório do LNEC foi elaborado por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

solicitação da Câmara Municipal de Oeiras. -----

----- Foi também referido nessa data que o Município já gastou aproximadamente meio milhão de euros em trabalhos de remoção das areias da foz da ribeira, junto às condutas que, no Município de Lisboa, fazem desaguar a água da ribeira no rio. Isso devia fazer corar de vergonha quem, estando sentado nesta Assembleia Municipal, tem camaradas na Assembleia Municipal de Lisboa e Vereadores na Câmara Municipal de Lisboa que nada tenham feito sobre este tema. ----

----- A sete de janeiro de dois mil e vinte e cinco, com uma sala a romper pelas costuras, o Palácio Anjos viveu outro dia histórico para Algés, tendo sido assinado o protocolo entre a Câmara Municipal e a APA, após uma primeira apresentação do projeto pela Vereadora Joana Baptista.--

----- Uma das críticas feitas pela oposição em Oeiras (e como é difícil ser oposição em Oeiras!) prendia-se com o investimento efetuado pela autarquia em comunicação. Esta apresentação, completamente elucidativa, relatou o histórico de quase vinte anos de negociações com vista à resolução deste problema, que identificou perfeitamente as soluções propostas pelo Município e apresentou o projeto com vista à reabilitação da ribeira, merecia ser visto por todos os oeirenses. É que, para manter a segurança junto da população, é preciso garantir que todos estão informados e, aliás, a partilha de informação é fundamental para garantir um povo livre e uma sociedade democrática, desconstruindo o medo e afastando a mentira que outros aqui incutem.---

----- Pode não ter sido atingido o objetivo total em que a requalificação de toda a parte canalizada da ribeira fique preto no branco, com os outros municípios e o Governo a assumirem a sua responsabilidade. Mas estão reunidas as condições para que seja lançado o concurso público para a empreitada referente ao primeiro troço. -----

----- Nesta minha intervenção, como disse, não vou debruçar-me sobre o projeto, mas importa referir aqui que a Câmara Municipal de Oeiras nunca empurrou com a barriga, nunca chutou para o lado, pelo contrário. Ao contrário de outros municípios, o nosso é presidido por alguém que dá a cara. E dá a cara, sobretudo, nas situações mais difíceis. Em Oeiras, nós somos

persistentes, somos persistentes connosco e somos persistentes e exigentes com os outros, quando sentimos, sobretudo que é sua obrigação cumprir com responsabilidades que são suas. Somos persistentes quando se trata de defender o interesse público de Oeiras e dos oeirenses, seja no que diz respeito à segurança dos cidadãos, seja no que diz respeito à gestão financeira. -----

-----Por esse motivo, a questão da Ribeira de Algés não devia ser objeto de chicana política e este Executivo Municipal merece total apoio, deveria merecer total apoio e solidariedade desta Assembleia na defesa de um interesse que é de todos, neste Concelho. -----

-----Permitam-me que termine com uma última nota e é lamentável, tenho pena que não esteja cá a Deputada da Iniciativa Liberal. Aqui em Oeiras há cartazes que dizem que não há almoços grátis, que há quem pague e quem coma, com uma referência insólita “não roubar”. Escondendo-se atrás de demagogia, este cartaz dá a entender que há alguém que rouba, mas fá-lo sem identificar o que foi roubado, quem foi roubado e quem é, afinal, o ladrão. Completamente indigno numa democracia, e pouco coerente, aliás, com a visão desse partido, esse cartaz tem sobretudo objetivos eleitorais. -----

-----No Expresso, há algumas semanas, uma vereadora sem pelouro, aqui apoiada por um grupo político que, felizmente, representa muito pouca gente, escreveu que há um comilão e outros que se deixam comer, transparecendo a forma como olha para o Presidente Isaltino e para os oeirenses que o elegeram, e o têm elegido sempre, com maiorias absolutamente esmagadoras. Três partidos políticos que surgem travestidos como um movimento independente inundam as redes sociais com discursos maniqueístas e oportunistas. Ainda que estejam praticamente despidos de argumentos, não tenham dúvidas: vão ser ainda mais insistentes nos próximos tempos. -----

-----Estamos a meses das eleições autárquicas. -----

-----E não foi nem é por isso que, tendo as condições para esse efeito, a Câmara Municipal vai deixar de fazer o que tem que ser feito. Enquanto as obras estiverem em curso, a vida das pessoas que ali vive e trabalha vai ser afetada pelo ruído, pelos constrangimentos no trânsito e,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

sobretudo, pela perda exponencial de lugares de estacionamento. Nós sabemos o que pensam as pessoas quando há obras em curso. E isso só valoriza o comportamento que tem sido adotado pelo Executivo e a decisão da Câmara Municipal de Oeiras.-----

----- Em Oeiras, não se comunica para ganhar votos. Comunica-se para construir uma sociedade livre e informada. Em Oeiras, não se governa a pensar em eleições, governa-se a fazer o que está certo, quando se está certo e seja lá quando for. Talvez seja por isso que, em Oeiras, ganha sempre o mesmo.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

----- Tem a palavra o Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU), faça favor.”-----

3.9. O Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU) referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado. Boa tarde Senhor Presidente, todos os Vereadores, todos os Deputados e secretárias.-----

----- Nós, CDU, queremos congratular-nos com os avanços que houve ao fim de tantos anos em torno da Ribeira de Algés, na qual a CDU sempre levantou a sua preocupação em torno da ribeira e, ultimamente, com uma moção aqui nesta Assembleia. -----

----- Por outro lado, gostaríamos de saber em que ponto estão as indemnizações que a Câmara prometeu aos comerciantes, relativas às cheias de dois mil e vinte e dois, porque alguns dizem que estão à espera. -----

----- A segunda questão. Existe à entrada da Escola Gonçalves Zarco, um cartaz que aponta as obras no quarto semestre (deverá querer dizer “trimestre”) de dois mil e vinte e três. Gostaríamos de saber se já foram concluídas ou quando está previsto. -----

----- Também existe um campo de tiro dentro do complexo do Jamor em que o impacto do ruído inferniza a vida dos residentes naquela zona. Devia ser feito um estudo para minimizar os

barulhos.-----

-----Obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faça favor.”-----

3.10. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção: ----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si, em si a Mesa, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados e também a quem nos assiste. -----

-----Sobre as notícias que saíram a público relativamente às ... está a fazer eco, não está? ... às notícias que saíram a público sobre a intervenção da obra de emergência na Ribeira de Algés, e não tendo mais informação que a informação que vem nos jornais e também a informação que agora nos foi veiculada pelo Senhor Deputado, nós gostaríamos de dizer o seguinte ao Senhor Deputado, e também à bancada do Partido Social Democrata que, recentemente, disse nesta Assembleia Municipal que se iria empenhar fortemente para conseguir que o acordo relativamente à totalidade da obra que é necessária fazer, que seria feita. E sobre este acordo, sobre as notícias de que temos conhecimento, é que sabemos que há uma necessidade de uma obra no valor de cinquenta milhões, mais ou menos, é o valor que tem sido comunicado aqui, e que a obra que vai ser feita corresponde à zona crítica e que tem o valor de um milhão e meio de euros. É o que diz nos jornais, e cá estará o Senhor Vice-Presidente para confirmar, ou não, se aquilo que estou a dizer está certo.-----

-----De facto, nós queremos dizer ao Senhor Deputado da bancada do IN-OV que não percebemos porque é que se tem que dar os parabéns ao Executivo, para concretizar uma obra que vem resolver uma zona crítica. Se a zona é crítica, obviamente que nos compete como Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Municipal, compete ao Executivo e compete a esta Assembleia Municipal apoiar e, caso fosse necessário deliberar também nesse sentido, garantir que essa obra seria feita. Mas o que está em causa e o que tem vindo a estar em causa sobre a questão da Ribeira de Algés e sobre a questão das cheias é a obra total que tem que ser feita. E sobre essa, Senhor Deputado e Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), também para lembrar que foi a Senhora Deputada que disse que iria fazer todos os esforços para que o PSD fizesse o acordo com este Município, na verdade, nós não temos notícias sobre aquilo que é a verdadeira obra de intervenção que tem que ser feita naquela zona. -

----- E, portanto, naturalmente associamo-nos e ficamos satisfeitos pelo facto desta obra ser feita, mas está muito por dizer e há muito que garantir para o futuro. A obra estrutural da Ribeira de Algés para impedir as cheias, essa obra tem que ser feita. E, então, aquilo que o Partido Socialista aqui pede é que, mais uma vez, a bancada do PSD venha ajudar, vá apoiar, fale internamente e que garanta, de alguma maneira, que esta obra finalmente é feita.-----

----- Sobre este acordo que foi feito agora com a Ministra do Ambiente, também é bom dizê-lo que este acordo já estava pré-preparado pelo anterior Governo que, entretanto, caiu. -----

----- Portanto, enfim, tudo tem dono e é bom que nós não esqueçamos nem dos rostos, nem dos donos. -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD), faça favor.” -----

3.11. O Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde a todos. Senhora Presidente cumprimento-a a si e todos os presentes, e desejar também um bom ano de dois mil e vinte e cinco, e também que os últimos meses nesta Assembleia Municipal sejam repletos, acima de tudo, de elevação para com os nossos munícipes.

----- A requalificação da Ribeira de Algés é um projeto vital para a segurança e qualidade

de vida da nossa população e que representa, ao mesmo tempo, um exemplo de como a capacidade de diálogo pode ser crucial para o nosso território. Assim sempre o reconheceu, a Câmara Municipal de Oeiras. E foi nesse seguimento que desde sempre encetou conversações com os diversos Governos com intuito de encontrar soluções para as intervenções necessárias. -----

-----A intervenção na Ribeira de Algés, que se reconhece como essencial, de acordo com o parecer emitido pelo LNEC, trata-se de um projeto que integra preocupações ambientais, prevenções de cheias e criação de espaços públicos de qualidade para os munícipes. O protocolo celebrado entre a autarquia e o Ministério do Ambiente foi determinante para garantir que esta obra não fosse apenas mais uma promessa em papel, mas sim uma realidade.-----

-----Se o repto lançado à Ministra do Ambiente foi acolhido com toda a receptividade e logo se avançou para os termos daquele que seria o acordo que permitirá avançar com a intervenção, sabemos também que, durante vários anos, este projeto foi negligenciado por diversos governos do Partido Socialista que, com as necessárias condições, deixaram cair as tão importantes obras de intervenção. Promessas foram feitas, estudos foram anunciados, mas as obras não avançaram. Ficaram pelo caminho projetos estruturantes que poderiam ter resolvido os problemas de inundações e a degradação ambiental da zona.-----

-----É importante lembrar que os atrasos na política não são meros números em relatórios: eles têm consequências reais. Famílias, comerciantes e infraestruturas locais sofreram com cheias e danos materiais que poderiam ter sido evitados se o Partido Socialista tivesse demonstrado a mesma responsabilidade que o PSD, partido que está no Governo, está a demonstrar. -----

-----O acordo agora alcançado entre o Governo do PSD, através da Ministra do Ambiente e Energia, Engenheira Maria da Graça Carvalho, e a Câmara Municipal de Oeiras para a requalificação da Ribeira de Algés é um sinal claro de compromisso com as populações. Finalmente, temos uma visão prática e eficaz para um problema antigo, que não pode ser mais ignorado. -- -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Não podemos deixar de destacar o esforço que foi feito a nível local para manter esta obra na agenda, mesmo em contextos de falta de apoio central. É graças a esta resiliência que, hoje, estamos mais perto de transformar a Ribeira de Algés numa solução e não num problema. -

----- O que se exige agora é ação rápida e eficaz. Este projeto não pode enfrentar mais atrasos. Cabe-nos também, enquanto Deputados Municipais, e nós enquanto Deputados Municipais do PSD, estaremos muito em cima deste tema e faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que, em conjunto com o Governo, podermos aqui também perceber as diferentes fases do mesmo. -----

----- Mais do que corrigir os erros do passado, este é um projeto e é um projeto que tem oportunidade para mostrar que, quando existe vontade política e boa gestão, é possível avançar com obras estruturantes que têm impacto real na vida das pessoas. -----

----- E respondendo à Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura, do Partido Socialista, dizer-lhe o seguinte, Senhora Deputada, a ministra, na apresentação que fez recentemente disse e passo a citar que “nos próximos meses iremos reunir e preparar acordos com as várias instituições para as restantes zonas”.-----

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS), faça favor.” -----

3.12. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) observou o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Para dizer ao Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD) que palavras leva-as o vento e, portanto, aquilo que nós vamos querer ver é, de facto, o acordo. E estamos cá todos nós, e tenho a certeza que todas as forças políticas, para exigir que este Governo seja capaz de pôr no papel a obra que este Município tanto precisa, que é a obra que vai evitar as cheias no futuro.-----

-----Muito obrigada, Senhora Presidente.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----

-----Mais algum senhor deputado? Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faça favor.”

3.13. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) referiu o seguinte:-----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. Cumprimentá-la a si, cumprimentar todos os Deputados, o apoio administrativo e a todos os que nos assistem aqui e lá em casa.-----

-----A intervenção que o PSD acabou de fazer nesta Assembleia é o resumo daquilo que foram os acontecimentos, do evoluir da situação da intervenção na Ribeira de Algés. Independentemente de tudo aquilo que o Partido Socialista possa dizer, o Partido Socialista esteve oito anos no Governo com condições de governação irrepetíveis. Irrepetíveis. Neste momento, a senhora ministra do Ambiente disponibilizou-se para dar o apoio que a Câmara Municipal de Oeiras precisasse para se pôr termo aos perigos inerentes à Ribeira de Algés. O PSD diz presente.

-----Quando não foi possível fazer o projeto, não foi porque o PSD não quis, foi porque o país não tinha capacidade financeira e económica para o fazer, porque também aconteceu no passado e caso o PS não se lembre, quando terminou a governação do PS, o país precisou de uma intervenção, a intervenção da troika. O país chegou ao ponto de não ter dinheiro para pagar os ordenados da função pública e, portanto, não havia dinheiro, isto é, não havia dinheiro. Há oito anos, ou há quatro anos, quando o nosso Primeiro-ministro António Costa esteve no Governo com uma maioria absoluta teve essas condições, teve essa disponibilidade de capital e teve essa oportunidade. A única coisa que ele não teve foi a vontade. Está cá o PSD para demonstrar essa vontade. --- -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Meus senhores... Vejam se conseguem usar da palavra sem fazer ruídos além



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

daqueles que a nossa voz faz. Temos toda oportunidade de expor as nossas posições. Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faça favor.” -----

3.14. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Muito boa tarde. Cumprimento-a a si, ao Executivo, caras e caros Deputados, funcionárias e público que assiste presencialmente ou online a esta Sessão. Desejo um bom ano de dois mil e vinte e cinco a todos. -----

----- Caro Deputado Balcão Vicente (IN-OV), eu nem me vou dar ao trabalho de responder ao seu tão eloquente, populista e demagógico discurso. Tenho a certeza que todos aqui tinham saudades de o ouvir levantar. Senhor Deputado António Lopes da Costa (IN-OV), é preciso muita lata para vir criticar o trabalho de outras bancadas quando o Senhor, que é eleito há mais de três anos nesta Assembleia, abriu hoje a boca pela quarta vez nesta Assembleia desde início do mandato. Se continuar nesta média, já o ouvimos este ano. Muito obrigada. Não sabia que todas as ações e eventos que realizamos o incomodavam tanto, pelos vistos está na altura de aparecer, não é, Senhor Deputado? E, depois, não funcionamos por anos eleitorais. Deixe-me garantir-lhe que não, e que não é nada difícil fazer oposição em Oeiras. Cá estaremos para a fazer!-----

----- Vamos lá então falar da vossa preocupação com as pessoas. É bom que se saiba que a intitulada "perigosa extrema esquerda" - palavras vossas -, na verdade em Oeiras é quem tem feito defender o interesse público, nomeadamente: votando contra propostas de construção em zonas sensíveis; estrutura ecológica, em zonas de reserva agrícola e reserva ecológica; denunciando aterros ilegais em zona de reserva ecológica onde o Senhor Presidente queria colocar carros em fim de vida; escrutinando também os gastos abusivos do Executivo; divulgando estudos que o Executivo esconde sobre graves riscos para a segurança e a saúde da população, nomeadamente o já referido hoje Estudo Estrutural do LNEC à Ribeira Canalizada de Algés; mas também o Estudo de Diagnóstico da Exposição ao Amianto no Passeio Marítimo de Algés e nas Praias da Cruz

Quebrada e do Dafundo, entre outras atividades de uma oposição séria e consequente.-----

-----Em relação à Ribeira de Algés, nós sempre exigimos que o Município de Oeiras interviesse no troço da Ribeira de Algés em território do município, como lhe compete de acordo com a Lei da Água. É escandaloso que o Município de Oeiras nunca, em décadas, tenha feito conservação e reabilitação do caneiro no seu território, deixando pessoas, como o Senhor Deputado que vive no largo, sujeitos a ter novos desabamentos. Continuamos a afirmá-lo. O Senhor Presidente também anunciou recentemente, com pompa e circunstância, as obras na Ribeira de Algés, sempre a correr atrás do prejuízo que lhe causamos denunciando tão graves situações e que, claramente, preferia que não tivessem sido divulgadas. Em boa hora o Grupo Político Evoluir Oeiras divulgou o estudo do LNEC, teve a atenção da comunicação social, e finalmente se desenvolveram negociações esperadas há décadas, e que a Câmara não conseguia desbloquear. --

-----Agora se o LNEC inspecionou novecentos e doze metros e concluiu que cinquenta e sete por cento estavam em nível quatro de perigosidade, isto na verdade são seiscentos e vinte metros. Como é que a Câmara anuncia agora com pompa a obra para reparar cento e oitenta? Isso é que devia preocupar o Senhor Deputado. Isto representa trinta e cinco por cento do total inspecionado. Mesmo se assumirmos que cem metros já foram realizados recentemente, no ano passado, ainda faltam trezentos e quarenta metros que permanecem em risco. Ora, no relatório não há classificação de quais são os troços mais graves que outros. E, portanto, para quando é que vai ser efetuada a reparação? Quem é que vai pagar a reparação? Estamos no território do Município de Oeiras, não estamos na Amadora, não estamos em Lisboa. O que é que diz então o Protocolo assinado? Dizer que este Executivo faz muita propaganda, mas continua sem querer saber da segurança das pessoas, e que para este Executivo a segurança das pessoas de Algés não vale e vale muito pouco. O valor que anualmente gasta em castanhas e bolos rei, era para saber se serviria para pagar o resto da obra.-----

-----Ainda não está a sair de um escândalo e já a Câmara está metida noutro, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

denunciado pelo Evoluir Oeiras: o escândalo da inação do Executivo e encobrimento dos resultados do Estudo de diagnóstico da presença de amianto no Passeio Marítimo de Algés e nas Praias da Cruz Quebrada e do Dafundo, encomendado o estudo em dois mil e vinte e quatro, em maio, que foi entregue pela empresa em julho, e que a Câmara só depois de requerido pela vereadora em dezembro o entregou. E, portanto, desde julho que sabiam os resultados e só em dezembro é que foi enviado à Senhora Vereadora. Não foi divulgado pela população, e só quando nós o divulgámos é que agora se sabe. Portanto, a população continua a correr riscos de inalação e de exposição ao amianto que aqui referimos. Esta situação já tinha sido denunciada por nós nesta Assembleia, já tinha sido diversas vezes dito, desde setembro de dois mil e vinte e dois! Tal e qual como o estudo do LNEC que foi pedido pela Câmara, ou pelos SIMAS, mas foi a pedido e requerimento da Senhora Vereadora Independente da Coligação Evoluir Oeiras Carla Castelo. ---

----- Portanto, mais uma vez estão a atuar depois das nossas denúncias. A oposição em Oeiras faz falta e queria-se mais. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), faça favor.”-----

3.15. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) observou o seguinte:-----

----- “Muito boa tarde, Senhora Presidente. Cumprimento-a a si, todos os presentes e a quem nos assiste. Gostaria de desejar a todos um excelente ano de dois mil e vinte e cinco. -----

----- Gostaria de começar por perguntar (até porque tem sido falado nestes últimos dias) sobre as obras de requalificação do Estádio Nacional. Gostaria de saber se a Câmara vai compartilhar alguma parte desta requalificação, e se sim, em quanto? -----

----- Gostaria também de perguntar se têm conhecimento da situação que me fizeram chegar acerca de, segundo creio que é na Quinta da Formiga, uma tenda que está montada em cima de um

posto de transformação de eletricidade e, segundo também ouvi dizer, há também funcionários da Câmara, da limpeza, a dormirem no passeio por não terem possibilidade de pagar renda. Gostaria de saber se a Câmara tem conhecimento disto, e se sim, o que é que pretendem fazer.-----

-----Depois, terminar com um tema que já é habitual, há muito tempo que falo sobre isto, os fogos de artifício silenciosos. Já falo há tempo suficiente. Há tempo em que poderíamos ter sido pioneiros nesse tema. Este ano, o Município de Loulé teve essa ideia e, portanto, dar os parabéns ao município pela evolução e lamentar que, em Oeiras, mais uma vez não se faça o mesmo. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Deputada.-----

-----Mais alguém pretende usar da palavra? Senhor Deputado Frederico (CH), faça favor.”

3.16. O Senhor Deputado Frederico Antunes (CH) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito boa tarde a todos. Senhora Presidente, cumprimento na sua pessoa todos os presentes, e desejo a todos um excelente dois mil e vinte e cinco. -----

-----E por falar neste desejo de dois mil e vinte e cinco, queria alertar desde já para esta tentativa de homicídio da nossa paciência que os senhores deputados do grupo IN-OV fizeram o favor de nos fazer. Eu sei que este ano é um ano de eleições e, se calhar, as listas do Doutor Isaltino é ao minuto que vão ser escolhidos, mas, senhores deputados, não disseram praticamente nada nos vinte minutos que falaram, a não ser num ridículo exercício de bajulação que o Partido Chega desde já denuncia. -----

-----Mas, avançando. O estado do país não é mais do que aquilo que hoje se refletiu nesta sala. É PSD a pôr as culpas para o PS, é o PS a dizer que não fez porque houve a Covid, e quando diz que não fez até disse que até ia fazer, porque o acordo já existia, mas depois caíram, e não conseguiram fazer, porque o primeiro ministro foi para Bruxelas. Bom, dizer o seguinte: nós, foi o Partido Chega que mesmo dentro das diferenças que temos com a esquerda, votámos sempre a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

favor na resolução de todas as propostas que resolvessem Algés. E sobre Algés, a única coisa que eu vi foi uma inauguração de um protocolo. Portanto, apresentou-se um protocolo, inaugurou-se com pompa a circunstância o protocolo, mas ainda não vimos obra nenhuma. E será também (e felizmente também porque não somos os únicos) o Partido Chega a supervisionar e a acompanhar o tempo que esta inauguração fantástica feita realmente, aqui para se resolver Oeiras, vai demorar a implementar. -----

----- Por fim, gostava de dizer o seguinte. Mais uma vez relembro, é um ano de eleições, todos nós estamos aqui a dar o nosso melhor pelo Concelho, por Portugal e tudo mais. Mas que façamos um exercício de honestidade, com o mínimo de hipocrisia possível para que consigamos, juntos, realmente aproveitar a dinâmica e o ímpeto que as eleições trazem para se concluírem soluções que as pessoas e que os oeirenses precisam. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra? Dos que têm tempo para intervir. Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS).” -----

3.17. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigada. -----

----- Eu queria dizer ao Senhor Deputado Frederico Antunes (CH) que gosto sempre muito de o ouvir, porque, para além de que esbraceja muito, elogia-se muito, elogia muito o seu partido, exalta muito aquilo que diz, exalta muito aquilo que o seu partido diz, enaltece-se muito, enaltece muito aquilo que o seu partido... Fora isto, a única coisa que consegui dizer é uma mentira. Disse que estive sempre do lado das soluções, mas diga-me Senhor Deputado, onde é que votou, ou alguém do Chega votou alguma coisa sobre a Ribeira de Algés, que eu devo andar distraída e não percebi, para o Senhor agora vir aqui dizer que, afinal, a única solução é vossa? -----

----- Muito obrigada, Senhora Presidente.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Mais algum senhor deputado, dos que têm tempo de intervenção, pretende usar da palavra? Encerradas as inscrições... Pretende usar da palavra? Faça favor, não tinha visto.” -----

3.18. O Senhor Deputado Frederico Antunes (CH) observou o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, eu sei que houve uns que já excederam, eu ainda tenho vinte e oito segundos. Só para dar uma resposta simples: por acaso, fui eu em regime de substituição do Deputado Francisco O'Neill (CH) que, nesta sala, as propostas que o Grupo Evoluir apresentou naquilo que era a análise do LNEC e de implementação de medidas para resolver o problema da Ribeira de Algés, fomos nós que votámos a favor, não votámos contra nem nos abstermos. Nós votámos a favor. Não fomos nós que as apresentámos, mas votámos a favor, sim senhor.” -----

3.19. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte-----

-----“Meus senhores, terminado o período das inscrições vou pedir ao Senhor Vice-Presidente se quer fazer o favor de responder. E eu queria perguntar, porque eu não ouvi bem, à Senhora Deputada Sílvia Marques (PAN), não consegui perceber, o que é que disse que o Município de Loulé tinha feito...” -----

-----A **Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN)** respondeu, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada. Não tinha... Albufeira. Obrigada. -----

-----Faça favor.”-----

3.20. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Começo por desejar bom ano a todos, folgando, desde já, por ter encontrado vossas excelências de boa saúde, bem-dispostos e sempre com a cortesia habitual na forma elegante como se tratam uns aos outros e como nunca se insultam.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Dizer o seguinte, Senhora Presidente, começando sobre a Ribeira de Algés. Estava à espera, naturalmente, de algumas alterações de posição, fruto da intensidade das discussões das últimas semanas, mas vejo agora que houve quem sempre estivesse do lado da solução, quem sempre considerasse a coerência da posição do Município de Oeiras que, afinal, também sempre foi a deles, mas, deixe-me dizer-vos o seguinte: a posição do Executivo Municipal, liderado pelo Senhor Presidente, foi sempre a mesma, e decorre da lei. E independentemente do que alguns senhores deputados e senhoras deputadas possam dizer.... Até escrevi sobre isso, é triste, porque as pessoas agarram-se a uma narrativa... Nós temos aqui um grupo político que passou do radicalismo básico para o tremendismo da segurança. Nas últimas semanas passou do radicalismo populista básico para ser tremendista. Até mesmo um deputado que viva no Largo Comandante Augusto Madureira não pode ter uma opinião própria e deve ter o medo que outros acreditem que ele deve ter. Pronto, mas é o que é, são uns tremendistas. Ora, voltamos ao mesmo. Dissemos sempre que era uma ribeira intermunicipal, onde passava, onde começa, onde passa, onde desagua, das responsabilidades que cabiam às partes. Na verdade, a responsabilidade devia ser do Governo da República, mas, todavia, o Município de Oeiras vem propondo desde dois mil e oito.... Por sinal quando houve uma derrocada numa obra, nessa altura não me lembro de ver nenhum dos senhores deputados no hospital com a técnica do Município que caiu naquela obra. Senhora Presidente, eu pedia a sua ajuda, que o ano começou agora, mas o cansaço é evidente. Não se preocupem, o mandato está a acabar. Não se preocupem, senhores deputados. Quem está cansado de ser deputado, alguns já não vão ser, é assim. Dizer que, desde dois mil e oito que vimos insistentemente solicitando aos diversos Governos da República que cumpram com as suas obrigações legais, volto a dizer, tendo o Município assumido o compromisso de suportar até cinquenta por cento da intervenção. A coerência é uma coisa importante na política, nós assumimos uma posição, mantemos essa posição coerentemente, todavia, se estivermos errados, devemos-nos adaptar. Outros, quando estão errados inventam uma narrativa, quando inventam uma

narrativa, podiam ajustar-se perante a realidade. Não são capazes de o fazer. Dissemos sempre o mesmo. Foi assinado um acordo em dois mil e nove com o Governo, na altura o Governo do Partido Socialista. No Governo anterior, até dou de barato, o tempo da troika é um argumento interessante que apanharam o país semi falido, portanto, não havia recursos. É a primeira vez que oiço verdadeiramente este argumento, mas é racional. No Governo seguinte voltou a haver problemas, alguns ministros vieram visitar-nos na sequência das cheias, depois o Governo caiu, mas é isto que nós temos que dizer uns aos outros, ser racionais. Não podemos é inventar responsabilidades e ser tremendistas. Não serve para nada. Para nada. Depois, querer dizer que o Município nunca fez nada. Nós é que chamámos a atenção para o estudo do LNEC. A sério. As pessoas que estão a assistir, não são tolas. Quem pediu o estudo do LNEC? O Executivo Municipal. Terá o Executivo Municipal pedido o estudo do LNEC para depois alguém tentar aproveitar-se disso politicamente? Não. Por favor, tenham alguma dose de humildade, mínima. Mínima. Uma dose mínima de humildade de quem está há décadas a tentar que os Governos da República assumam as suas responsabilidades. Mantivemos a posição coerentemente. Coerentemente. Não há muito a dizer sobre isto. Quem está aqui há alguns anos deve saber isso. A posição foi sempre a mesma. Depois, aos partidos políticos que já tiveram responsabilidades governativas, tenham o cuidado, particularmente alguns, porque Governos da vossa cor política assumiram a mesma posição. Que diabo, não vale a pena estar a tentar fazer algum aproveitamento disto, porque não há aproveitamento a fazer. As responsabilidades decorrem da lei. Se não foram cumpridos os acordos a tempo e horas, é isso que nós todos temos que reclamar. Depois tentar usar argumentos tremendistas é péssimo, só causa sobressalto na população. Já foi dito à saciedade qual é que é o curso da ribeira, que não passa por debaixo dos pilares dos edifícios. Os pilares dos edifícios não estão assentes no curso da ribeira, nem próximo, estão devidamente protegidos. Ora, porque é que há quem queira sempre arvorar-se a querer saber mais do que os técnicos que fizeram estudos sobre isto? Não sei se será de alguma falta de experiência executiva, passar a explicar. Quando se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

está em lugares executivos, e se tem pareceres técnicos e esse suporte técnico..., nós não somos “tudólogos”, aqui não há especialistas “tudólogos”, ninguém é especialista em tudo. Tem que se confiar na capacidade dos técnicos, é para isso que são solicitados os pareceres. Senhora Presidente, eu volto a pedir a sua ajuda. Não sei se é do início do ano, se é ainda do espírito do ano anterior, se é do receio do resultado eleitoral que vai ser mau, do que é que será. Mas por..., não sejam tremendistas. Não sejam tremendistas... O Governo da República, e agora o devido elogio: a senhora ministra agiu rapidamente, sou obrigado a dizer que não esperava que a ministra fosse tão célere na reação. Foi muito célere. Muito eficiente. Ainda bem. Ainda bem, alguma vez que nos surpreendam. Ora, vamos todos encarar isto com alguma serenidade, não é questão para nós estarmos aqui a apontar dedos e falhas, porque não há nenhuma falha substancial, não é aqui. Mas também vejam: é normal que já tenham percebido, não querem mudar a narrativa porque agora que venderam a alma ao diabo com uma narrativa falsa é difícil perder o pé, não é? Então o que é que se tenta fazer? Dar a fuga para a frente. Qual é que é a fuga para a frente? Mais um *casus belli*: o amianto. Uma novidade tremenda. Não se sabia nada do amianto, os estudos também não são feitos pelo Município, não é acompanhado pelo Município... A isto chama-se o quê? Uma fuga para a frente. Como a narrativa foi falsa, apesar de nós não assumirmos que tenha sido falsa, é uma narrativa falsa, não assumem que é falsa: fuga para a frente. Vamos partir para o próximo tema, tentando mais uma vez fazer uma política de caso em caso, berraria em berraria. Senhores deputados, não vai funcionar. Estão a lidar com a população mais esclarecida do país. Eu percebo que alguns comentadores particularmente desconhecedores da realidade do Concelho de Oeiras não compreendam os resultados eleitorais de Oeiras. Não conhecem o Concelho, mas quem aqui vive sabe porquê. Vossas excelências também devem saber porquê. Querem mudar os resultados eleitorais? Competência política. Competência política, façam propostas que cheguem às pessoas, não é berrar narrativas falsas, ou andar de caso em caso que vai trazer o resultado ambicionado. O sonho comanda a vida, mas não é assim. Têm que ter outro tipo de competência política que não

têm revelado. -----

-----Depois dizer uma ou duas coisas que isto diverte-me muito. Senhor Deputado, Vossa Excelência Senhor Deputado do Chega, Senhora Presidente permita-me dirigir-me ao Senhor Deputado do Chega, que diz não percebe a inauguração do protocolo. Com a devida humildade, vou tentar explicar, que eu tenho alguns anos disto: indica o compromisso político. Compromisso político. Tem a ver que o Município e o Governo da República assumiram um compromisso político. Eu percebo que o Partido Chega não percebe, porque quem não tem palavra não acredita que os outros possam ter. Não digo que é o Senhor, há quem mude muitas vezes de palavra, quem diga uma coisa e o seu contrário, portanto, como parte sempre o julgamento da bitola própria, quando vê que alguém deu a sua palavra “não deve ser a sério, é só s palavra”. Portanto, só posso entender assim este tipo de crítica. Porque isto é o quê? Um compromisso político em que as partes se comprometem àquilo. Se falharem têm o julgamento público, é assim que funciona em democracia. As pessoas olham e dizem assim: “não tens palavra, não és confiável”. É isso, foi isso que aconteceu ali. -----

-----Depois... Senhora Presidente, permita-me dizer isto que eu disse no início, mas depois falhou-me aqui na nota. Um deputado dizer a outro que é a terceira ou quarta vez que abriu a boca é muito feio. Não é forma de nos dirigimos uns aos outros. É a terceira ou quarta vez que abre a boca. Os deputados são eleitos para julgar quantas vezes os outros falam? Mas... por favor. Não é para si. Nós começamos todos com discursos bonitos no início do ano a dizer que tem que haver respeito, tem que haver..., depois há sempre alguém, ou alguns que fazem este tipo de intervenção. É a terceira ou quarta vez que abre a boca neste mandato, deve falar mais. Por favor. Ficará... É tudo aquilo que nós não gostamos de ver numa Assembleia Municipal. -----

----- Por fim, à Senhora Deputada do PAN, sobre a questão da forma como o Município de Albufeira resolveu comemorar o final de ano. Não me cabe a mim, e não nos cabe a nenhum nós falar sobre isso, é uma escolha do Município de Albufeira, legítima, dos seus detentores de cargo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

público, que foram escolhidos pelo povo de Albufeira. Excelente.-----

----- A Escola Gonçalves Zarco teve uma intervenção em dois mil e vinte e três na cobertura, que já terminou em dois mil e vinte e três. Eu não tenho a certeza se esse painel diz respeito a essa intervenção. Há uma outra intervenção que estará para breve que são obras no pavilhão que ainda não foi feita, mas vai ser brevemente realizada. -----

----- Sobre o complexo desportivo do Jamor ainda não há compromisso financeiro estabelecido entre as partes, portanto, logo que haja, será do conhecimento desta Assembleia Municipal. -----

----- E mais uma vez sobre o protocolo sobre a Ribeira de Algés, não há nenhum protocolo assinado pelo Município que não seja, ou *a priori* ou *a posteriori* do conhecimento dos senhores deputados municipais. Portanto, será do conhecimento de todos. A ansiedade é inimiga. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Bem, penso que no Período Antes da Ordem do Dia esgotámos as nossas intervenções e está tudo esclarecido, os comentários e as questões aqui colocadas. -----

----- Está a pedir a palavra, Senhor Deputado? Faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** referiu o seguinte:-----

----- “É uma questão que levantei, que o Senhor Presidente não respondeu... o Senhor Vice-Presidente, sobre o seguinte: os comerciantes em Algés, há muitos que se queixam que ainda não receberam as suas indemnizações, motivadas pelas cheias de dois mil e vinte e dois. Era bom que desse um esclarecimento. -----

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Faz favor, Senhor Vice-Presidente.”-----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. fez a seguinte intervenção:-----

-----“Com a sua licença, Senhora Presidente. -----

-----Passamos a explicar. A aprovação daquele apoio extraordinário foi sujeito a regulamento do Município, aprovado com todos os cuidados, porque estamos a entregar recursos públicos a comerciantes. Tinha uma série de regras: entrega de documentos, apresentação das contas... uma série de pressupostos. Eu suponho, Senhora Presidente, que o Senhor Deputado estará a referir-se a uma notícia, a uma investigação, que apareceu num canal de televisão aqui há uns dias. E há aqui alguns comerciantes que dizem que não receberam apoios da Câmara, e depois dizem que a Câmara pedia sempre mais documentos, mais documentos, mais documentos... Não. A Câmara pede os documentos necessários para a aprovação do apoio. Se não entregam os documentos, não é possível aprovar o apoio. O que aconteceu... mas tenha Vossa Excelência noção de que nós vamos verificar, o Senhor Presidente mandou verificar todos os processos para ver se a Câmara está em falta em algum apoio... mas o que aconteceu, e eu lembro-me disso ser discutido em reuniões de despacho, desde o início que houve muita gente ou que não entregou os documentos, ou que não quis o apoio nos termos em que o Município estava disposto a atribuir. -

-----Obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Bem, damos por fim ao Período Antes da Ordem do Dia. Vamos entrar no Período da Ordem do Dia.” -----

4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

4.1. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1150/2024 – DMOTDU/DOTPU/DOT – relativa ao Relatório de ponderação da discussão pública do PERU do Dafundo, nova delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Dafundo e Operação de Reabilitação Urbana enquadrada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana do Dafundo (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Algum dos senhores pretende usar da palavra sobre este ponto?-----

----- Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)... Peço desculpa, não o vejo...” -----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:---

----- “... Muito obrigada. -----

----- Faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)**, referiu o seguinte: -----

----- “Obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Nós estamos de acordo com essa proposta. -----

----- Uma questão que nós gostaríamos aqui de levantar era a falta de intervenção em alguns arruamentos e pracetas naquela zona, e principalmente a questão do estacionamento.-----

----- Por isso, também devia de haver um estudo sobre esta questão, ali no Dafundo.-----

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada. -----

----- Mas alguém pretende usar da palavra? -----

----- Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO), faz favor.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Apreciamos hoje o Relatório de ponderação da discussão pública e da nova delimitação da Área de Reabilitação Urbana e Operação de Reabilitação Urbana do Dafundo. ----

----- O Grupo Político Evoluir Oeiras e a Associação Evoluir Oeiras são sempre favoráveis à reabilitação urbana, aliás, é um elemento fundamental para a melhoria da qualidade de vida das

populações, para a melhoria do espaço público com benefícios sociais e ambientais e também económicos. Apoiamos assim a criação de áreas de reabilitação urbana, como é aqui o caso, também pela importância da preservação do património cultural e arquitetónico e a requalificação das nossas localidades e da sua história.-----

-----Ora, esta proposta, pretende fechar o ciclo de definição do perímetro da área de reabilitação urbana do Dafundo e a aprovação da operação de reabilitação e do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, ciclo que foi iniciado há cerca de um ano e mantém basicamente nesta proposta, muito semelhante à anterior, a delimitação da área da ARU e não introduz assim grandes alterações. -----

-----Sabemos que o Dafundo tem vários problemas graves, alguns até já foram enunciados aqui pelo colega, Deputado da CDU, mas um deles é a vulnerabilidade das cheias e inundações, o outro o excesso de automóveis, o espaço público muito estreito, com ruas apertadas, digamos assim, com os passeios então muito estreitos. Consideramos que mais e melhor podia ter sido feito e alcançado nesta proposta.-----

-----A Associação Evoluir Oeiras participou nesta consulta pública, em sede de consulta pública, sendo o participante identificado como o número seis do relatório de participação pública. Também aproveito para dizer que não haveria necessidade de ocultar os dados porque o Regulamento Geral de Proteção de Dados aplica-se a pessoais individuais e entidades, quando são representadas por alguém individual. E, portanto, o nome da associação não é um dado privado e o seu logotipo também não, e, portanto, não haveria necessidade de ocultar esta informação. -----

-----Registamos que face às sugestões do Evoluir Oeiras na sede de Consulta Pública, foram introduzidas duas alterações, nesta proposta que hoje votamos:-----

-----A primeira – Assegurar um processo de comunicação a toda a população da ARU, para que saibam que a mesma está em curso e que, portanto, há possibilidade de reabilitação dos prédios, por exemplo; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Em segundo – Sugerimos incluir o Bairro Clemente Vicente nas fraquezas na análise SWOT que foi feita, de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, e, portanto também achamos que seria, aliás, espantoso que o Bairro Clemente Vicente não fosse aqui mencionado, sendo que o estado geral de degradação é realmente elevado, e tem problemas de segurança amplamente descritos no relatório do LNEC de dois mil e dezasseis, também tem problemas de imagem urbana, com problemas sociais e económicos e com uma parte dos proprietários sem grande capacidade para reabilitar as habitações, e, portanto, seria uma mais valia estar aqui incluído.-----

----- Contudo, ficaram também de fora outras sugestões que achávamos pertinentes e que infelizmente não foram consideradas, seriam importantes, e, portanto, volto também a referi-las:

----- Primeiro – Pensamos que a população do Dafundo precisa mesmo de espaços de convívio, de melhor espaço público, e de ver assegurado o comércio e serviços de proximidade e, não podemos então deixar de o sublinhar. Isto agravou-se substancialmente com a saída daquela farmácia que estava naquela zona. A falta de referência à necessidade de assegurar estes espaços de interação, é então uma falha grave nesta proposta.-----

----- Em segundo – A inexistência de ações para o reforço do arvoredo para sombreamento e arrefecimento na via pública. Parece-nos que até viria de encontro a outros planos e metas que a Câmara tem em curso, nomeadamente o PAECO, mas não foi decisão da Câmara incluir esta proposta.-- -----

----- A terceira – Na Rua Policarpo Anjos e nas pracetas da zona, nós referimos o reperfilamento dos passeios, mas... aliás o reperfilamento está na proposta, mas não se estabelece a exigência de cedência de espaço dos promotores imobiliários, como forma de compensação para realizar então esta operação.-----

----- O quarto ponto – O diagnóstico identifica, e bem a ameaça da gentrificação generalizada, processo que, aliás, está em curso e que é necessário que a operação de reabilitação não venha a acelerar. E isto é de facto uma preocupação, mas não se vê a acompanhar nesta

estratégia de reabilitação. -----

-----Gostaríamos assim de saber como vai o Município garantir esta questão (uma vez que até a identifica)? E, gostaríamos de saber, se poderia ser usada, por exemplo, a política de isenção fiscal da ARU para reduzir esse risco? -----

-----Quinto, e último – Não é acautelado o risco de tsunami e o impacto significativo nesta zona, e também não se abordam medidas para mitigar o seu impacto, nem o risco de cheias.-----

-----Como indicamos no início da proposta, da discussão, pensamos que poderia ter sido mais proveitoso este processo da elaboração de uma nova delimitação da Área de Reabilitação Urbana e Operação de Reabilitação do Dafundo. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Mais algum senhor deputado... Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD), faz favor.”

-----O **Senhor Deputado Miguel Bugalho (PSD)** referiu o seguinte: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----A bancada do PSD quer começar por felicitar o Executivo Camarário e também a sua equipa pela elaboração do Plano Estratégico de Reabilitação Urbana do Dafundo. Este plano é uma demonstração da visão estratégica e compromisso com o futuro da comunidade do Dafundo, refletindo a preocupação em revitalizar um território que, apesar dos desafios significativos, possui um enorme potencial de crescimento e melhoria. -----

-----Este programa aborda questões essenciais, como a reabilitação habitacional, a melhoria das infraestruturas de mobilidade e também o compromisso com a sustentabilidade ambiental. Acreditamos que esta iniciativa pode transformar o Dafundo, tornando-o num exemplo de regeneração urbana inclusiva e sustentável. -----

-----Neste sentido, também gostaríamos aqui de colocar duas questões que parecem-nos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

essenciais relativamente a este plano:-----

----- A primeira – A Estrada Marginal e a linha de comboio continuam a ser barreiras significativas que dificultam o acesso à zona ribeirinha e ao Passeio Marítimo. E, perguntar ao Executivo que soluções concretas estão previstas para melhorar a ligação entre as zonas alta e baixa, e para promover também uma mobilidade sustentável que beneficie todos os cidadãos?----

----- A segunda questão – Sendo o Dafundo vulnerável a cheias é fundamental assegurar que as medidas de reabilitação considerem estas ameaças. Quais as estratégias específicas que serão implementadas para garantir a segurança e habitabilidade a longo prazo?-----

----- Estas questões são apresentadas com o objetivo de contribuir construtivamente para a discussão. Acreditamos que a reabilitação urbana é mais do que construir ou restaurar edifícios: é criar oportunidades, preservar identidades e melhorar a qualidade de vida das pessoas.-----

----- O Dafundo tem todas as condições para se tornar um modelo de transformação social e económica. E estamos certos de que, se agirmos com coragem e visão, o Dafundo pode tornar-se mais do que um exemplo local: pode ser um modelo nacional de como regenerar um território sem perder a sua alma, e não deixar ninguém para trás.-----

----- Obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Não há mais intervenções?-----

----- Vou passar a palavra ao Senhor Vice-Presidente.-----

----- Faz favor.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, eu tenho ali quer o Diretor de Departamento, quer a Senhora Chefe de Divisão, portanto, não sei qual dos dois deverá vir responder às questões...”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** interveio dizendo o seguinte:-----

-----“Quer falar sobre isso...”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“... Vem a Senhora Chefe de Divisão do Ordenamento do Território.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte:-----

-----“Vão intervir os dois?”-----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:-----

-----“Têm catorze minutos... Portanto, a Câmara tem catorze, o Senhor Vice-Presidente disponibiliza o seu tempo?”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** disse o seguinte:-----

-----“... Disponibilizo treze...”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

-----“Fica com um minuto e quarenta e quatro.”-----

-----“Façam favor.”-----

-----A **Senhora Vera Freire, Chefe de Divisão de Ordenamento do Território,** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Boa tarde a todos.”-----

-----No que diz respeito à delimitação da Operação de Reabilitação Urbana do Dafundo é evidente que é sempre possível melhorar todos, e quaisquer que sejam os programas ou projetos que são elaborados. No entanto, considero que esta Operação de Reabilitação Urbana, sendo a primeira que é feita no Concelho de Oeiras.... a segunda... acho que está suficientemente densificada, e suficientemente robustecida com as preocupações essenciais que devem ser tidas em conta na reabilitação, ou na nova vida que o Dafundo deve ter nos próximos quinze anos.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- No que respeita à referência, que eu acho que o Evoluir Oeiras fez, da não referência à existência ou fomentação de serviços de proximidade e comércio na área da reabilitação do Dafundo, isto faz parte da multifuncionalidade do tecido urbano. Está implícita em todas as operações urbanas que vão ocorrer no Dafundo, e os usos complementares como o comércio, os serviços de proximidade, que sejam uma condição para que a reabilitação possa acontecer. -----

----- No que respeita à Rua Policarpo Anjos, de facto, o reperfilamento dos passeios foi contemplado na sequência de uma sugestão feita no parecer, na participação do Evoluir Oeiras, no entanto, não acho que seja necessário vir referido que é obrigatoriedade dos promotores ceder novas áreas para acoplar ao espaço público, dado que isso decorrerá naturalmente da análise de cada operação urbanística por si só. -----

----- A questão do estacionamento, toda a gente sabe que a zona do Dafundo é uma zona muito constrangida de espaço público para utilização de estacionamento e, por isso existe a necessidade de se promover estacionamento em silo automóvel. Portanto, não na via pública, mas através da construção de espaços em cave. E, está prevista a aquisição de cem lugares de estacionamento para disponibilizar à população daquela região em particular, de utilização pública, ainda não se sabe bem que modelo terá para a gestão da oferta...”-----

----- **O Senhor Luís Baptista Fernandes, Diretor Municipal do Departamento de Ordenamento do Território e Desenvolvimento,** referiu o seguinte:-----

----- “O estacionamento tem duas vertentes: tem uma... já não me recordo com precisão se o limite de ORU do Dafundo incluiu, ou não, o antigo semanário que tem numa iniciativa privada, um licenciamento a correr, cuja obrigação é fazer um elevador, que faz a ligação à cota intermédia entre o alto do Dafundo e a baixa do Dafundo, justamente para recuperar um estacionamento com cerca de oitenta a noventa lugares, que está subaproveitado, e que irá ser utilizado (este em superfície e não em silo).-----

----- O que a Arquiteta Vera estava a falar, era de uma proposta de aquisição, de oferta

pública de aquisição que a Câmara fez e que resultou, com a aquisição de um parque de estacionamento que tinha excesso de oferta e que, tanto quanto sei, irá ser gerido pela Parques Tejo. Já foi aprovada a proposta de aquisição pela Câmara, já teve visto do Tribunal de Contas. -

-----O silo automóvel, com cerca de cem lugares, como a Arquiteta Vera disse, está já feito e com licença de utilização, e creio que a Parques Tejo irá explorar esse parque de estacionamento brevemente. Ele está situado, digamos, visivelmente, a meio da Sacadura Cabral e, portanto, é um estacionamento com uma localização estratégica e fundamental dentro desta lógica da apresentação da ORU do Dafundo. -----

-----Não sei se havia mais alguma questão... Ah, quanto às cheias, há duas situações que estão a ser vistas... Não, peço desculpa, ainda em relação aos silos automóveis, eu recordo que a Câmara, com a oferta de estacionamento, fez aqui há uns tempos (há dois, três anos, quatro talvez) a tentativa de colocar terrenos do domínio disponível municipal para a criação de silos automóveis, que ficou deserta a oferta, enfim, e penso que a Câmara vai reativar. Não era justamente nesta área do Dafundo, mas era numa localização periférica, um na Avenida da República, outro junto à Tomás Ribeiro e outro junto à interface de Algés.-----

-----É certo que, se esses projetos forem reconfigurados e tiverem uma componente de investimento com interesse para eventuais privados explorarem, grande parte dos problemas de estacionamento nesta zona entre Algés, Cruz Quebrada e Dafundo podem ser melhorados porque estamos a falar de uma oferta de algumas centenas de lugares de estacionamento. -----

-----Justamente pelo facto desse projeto ter ficado deserto, eu não sei se depois o Senhor Vice-Presidente pode falar em particular sobre as razões de porque é que esse projeto ficou deserto, esta alternativa que foi criada no Dafundo, que eu falei há pouco da oferta pública de aquisição que a Câmara fez, e que resultou numa proposta de aquisição, que já teve visto do Tribunal de Contas, e que creio que está para breve o início da gestão pela Parques Tejo, foi, digamos, já o início da tentativa de resolver o problema.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- É certo que, se nós não conseguirmos criar alternativas de estacionamento às pessoas, não vamos ter condições de eliminar o estacionamento, eu já não vou dizer ilegal, mas aquele que é abusivo do ponto de vista daquilo que é o reforço das comodidades pedonais e de fruição pública do espaço, em vez de estar tudo cheio de carros. Portanto, sem ter estas ofertas, a Câmara não pode entrar num processo de maior fiscalização para retirar os carros da via pública e substituir por passeios, por espaço público, sejam ciclovias, sejam outros espaços de natureza informal, mas pedonais ou clicáveis. -----

----- Quanto às cheias. Eu devo dizer que quanto às cheias, o fenómeno tem uma complexidade acrescida, eu creio que acompanharam recentemente as iniciativas da Câmara sobre a articulação de vontades com a Agência Portuguesa do Ambiente e com o Ministério do Ambiente, e há duas ou três situações que eu queria referir. Uma tem a ver em particular com esta questão do Dafundo, que é a Ribeira da Junça que estará, tanto quanto eu sei, prestes a sua resolução em termos daquilo que é a capacidade da Câmara intervir de acordo com o projeto que foi feito da regularização da Ribeira no seu troço completo, ou seja, até à acomodação já no Tejo, com a eliminação da necessidade de estar em permanência uma retroescavadora a tirar areia da foz da Ribeira da Junça, o que alivia consideravelmente os sistemas de drenagem do Dafundo, porque se há areia na foz da junça há cheias, com certeza. -----

----- Existem também algumas iniciativas, creio que já são do domínio público (não sei se o Senhor Vice-Presidente souber, se tiver mais informação, pode informar) que é a recuperação das defesas do terrapleno, na parte mais estreita do terrapleno, que têm vindo a ser sucessivamente degradadas, e já estavam a atingir a base da infraestrutura ferroviária, e creio que a Câmara, em conjunto com o Porto de Lisboa e com a APA, também tomou uma iniciativa de recuperar toda aquela frente, pelo menos em cerca de cinquenta ou cem metros, o que também, de alguma forma, são medidas que apesar de parecerem pouco importantes, são controladoras de fenómenos extremos, quer de galgamentos, quer de cheias. -----

-----E creio que não temos mais nada, para já, para referir.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Não sei se o Senhor Vice-Presidente... faz favor.”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** fez a seguinte intervenção:-----

-----“Para dizer brevemente, conforme foi referido pelo Senhor Diretor Municipal a quem agradeço... Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados... Duas ou três notas. Sobre o estacionamento, os parques de estacionamento, o concurso público para a construção, concessão do parque de estacionamento ficou deserto, naturalmente, porque era demasiado curto, provavelmente, o prazo de concessão, o que não daria margem suficiente aos investidores para que estivessem interessados. Nós tão breve quanto possível, temos que lançar novo concurso exatamente para criar as bolsas de estacionamento, sobretudo na periferia daquela zona, para fazer a ofertas de estacionamentos que liberte o espaço público à superfície. O Diretor Municipal sabe melhor do que eu esta matéria, se não houver oferta, naturalmente que as pessoas têm que por o carro em algum sítio, e a autoridade sabendo que não há oferta tolera o abuso. A partir do momento que houver oferta, que seja suficiente para ultrapassar as lacunas ao nível do estacionamento, já o estacionamento abusivo ou desaparece, ou obriga o Município a intervir.-----

-----Depois dizer que as intervenções que vão ser feitas no terraplano, que também englobam intervenções que permitem suportar a linha de caminho de ferro daquela zona, que também está em risco por falta sucessiva de intervenção de quem de direito. Naturalmente que nós finalmente temos na atual Administração do Porto de Lisboa, um interlocutor com quem conseguimos articular, e estamos a preparar uma série de intervenções até para se poder levar adiante o famoso Ocean Campus, e a reabilitação de todo o terraplano de Algés, e esse desígnio só é possível com a articulação entre os diferentes atores. E logo que a coisa esteja estabilizada também será do conhecimento desta Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Bem, estamos em condições de votar esta proposta?-----

----- Não havendo mais intervenções, vou passar à votação.”-----

4.1.1. VOTAÇÃO-----

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Teresa Amélia do Carmo Carvalho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido-Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d’Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo

Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), e com um voto contra do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes).-----

-----Os Senhores Deputados António Maria Passos Rosa Lopes da Costa e João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, não estavam presentes na altura da votação. -----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 5/2025**-----

PROPOSTA C.M.O N.º 1150/2024 – DOT – RELATÓRIO DE PONDERAÇÃO DA DISCUSSÃO PÚBLICA DO PERU DO DAFUNDO, NOVA DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO DAFUNDO E OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA ENQUADRADA PELO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DO DAFUNDO-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil cento e cinquenta barra dois mil e vinte e quatro, a que se refere a deliberação número dezoito da Reunião da Câmara Municipal realizada em quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, e deliberou por maioria, com trinta e quatro votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido-Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, e com um voto contra do Partido Chega, aprovar a alteração à delimitação da ARU do Dafundo com o enquadramento e fundamento que consta do Programa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Estratégico de Reabilitação Urbana da ARU do Dafundo e respetivos anexos, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, pela vossa ajuda e pelos vossos esclarecimentos.-----

----- Quer fazer uma Declaração de Voto? Faz favor.”-----

4.1.1.1. A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte:-----

----- “Obrigada Senhora Presidente.-----

----- Só para dizer que entregaremos uma **Declaração de Voto escrita.**-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** não remeteu o referido documento.-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Vamos agora então, fazer um intervalo.”-----

----- **INTERVALO**-----

----- A Senhora Presidente da A.M. interrompeu os trabalhos para a realização de um breve intervalo.--

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte:-----

----- “Senhor Vice-Presidente, estamos à sua espera.-----

----- Vamos recomeçar os nossos trabalhos, com o segundo ponto da nossa Ordem de Trabalhos.”-----

4.2. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1162/2024 – DMOTDU/DGU – relativa à Redução de 50% da compensação Urbanística por não cedência de área para equipamentos

de utilização coletiva e esclarecimentos sobre o método de cálculo do valor das áreas a ceder, solicitado por “Reabilita, Lda.”, referente a imóvel sito na Rua Capitão Leitão, em Oeiras (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Algum dos senhores deputados pretende usar da palavra sobre este ponto? -----

-----Ninguém pretende usar da palavra?-----

-----Passo à votação... Senhor Deputado Vítor Marques (PSD), faz favor.” -----

-----O **Senhor Deputado Vítor Marques (PSD)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente, muito boa tarde.-----

-----E já agora, de forma mais formal, desejar-lhe um bom ano para dois mil e vinte e cinco, e na sua pessoa abranger todos aqueles que aqui estão ao serviço da população de Oeiras.-----

-----Posto isto, e cotejada toda a documentação que nos foi remetida por esta Assembleia, constatámos que a mesma, toda essa documentação e a proposta, está conforme a legislação agora em vigor, as questões técnicas, de facto, estão preenchidas, pelo que, quer o pedido, quer a redução proposta, da nossa parte terão, obviamente, o seu assentimento. -----

-----É só, Senhora Presidente.-----

-----Disse.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Mais algum senhor deputado pretende usar da palavra?-----

-----Não há intervenções. -----

-----Senhor Vice-Presidente pretende usar da palavra? Não.-----

-----Vou passar à votação.” -----

4.2.1. VOTAÇÃO-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente submeteu à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, João Carlos Macedo Viegas, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), dois da Coligação Democrática Unitária (Teresa Amélia do Carmo Carvalho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d'Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo da Cunha Fialho e Pereira) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes), com quatro votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), e um Partido-Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), e com uma abstenção do Partido Chega (Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva e Diana Leonor Alves Gonçalves, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, e Maria Madalena Pereira da Silva Castro, do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias, não estavam

presentes na altura da votação.-----

-----Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita:-----

-----“**DELIBERAÇÃO N.º 6/2025**-----

PROPOSTA C.M.O N.º 1162/2024 – DGU – REDUÇÃO DE 50% DA COMPENSAÇÃO URBANÍSTICA POR NÃO CEDÊNCIA DE ÁREA PARA EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA E ESCLARECIMENTOS SOBRE O MÉTODO DE CÁLCULO DO VALOR DAS ÁREAS A CEDER, SOLICITADO POR “REABILITA, LDA.” REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA CAPITÃO LEITÃO, EM OEIRAS-----

-----A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil cento e sessenta e dois barra dois mil e vinte e quatro, a que se refere a deliberação número vinte e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, e deliberou por maioria, com vinte e nove votos a favor, sendo dezasseis do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, com quatro votos contra, sendo três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, e um Partido-Pessoas-Animais-Natureza, e com uma abstenção do Partido Chega, aprovar o pedido de redução de cinquenta por cento do valor da compensação urbanística devida pela não cedência de área para equipamento, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----O Senhor Deputado David Ferreira (EO) interveio dizendo o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, estou aqui de mão no ar...”-----

-----O Senhor Deputado Nuno Custódio (IN-OV), Segundo Secretário, disse o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

seguinte: -- -----

----- “Peço desculpa.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** referiu o seguinte: -----

----- “Faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado David Ferreira (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Queria fazer uma Declaração de Voto, se faz favor.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Faz favor de fazer.” -----

4.2.1.1. O Senhor Deputado David Ferreira (EO) fez a seguinte Declaração de Voto: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Aproveito para cumprimentá-la a si e a todas e a todos as presentes, e aqueles que nos acompanham nas plataformas e desejar também, um bom ano de dois mil e vinte e cinco. -----

----- Estivemos perante uma proposta que devolve cinquenta por cento do valor pago pela não cedência de espaços verdes de utilização coletiva. As justificações para esta devolução parecem-nos insuficientes para aceitar a redução do valor. -----

----- Não basta querer intervir em espaços históricos, como o centro de Oeiras, para ser isentado de muitas taxas e impostos referentes a qualquer tipo de obras e alterações à infraestrutura. -----

----- Este tipo de intervenção não trará nenhum tipo de mais valia para a comunidade, nem mesmo para a harmonia arquitetónica e paisagística do centro de Oeiras. É apenas uma vontade de unificar dois lotes, com vista a criar um mini condomínio fechado. -----

----- Embora não tenhamos nada contra a vontade desta família em concretizar esta junção, defendemos que estes devem pagar a taxa por inteiro. Caso contrário estas reduções estão pendentas da boa vontade da Câmara e da Assembleia, e não de critérios que sirvam os interesses do coletivo e da comunidade onde se inserem. -----

----- Por estes motivos votamos contra.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Então passamos ao ponto três.”-----

4.3. Apreciação da Proposta CMO N.º 1199/2024 – GMA – relativa à Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. – Relatório de Execução Orçamental – 3.º Trimestre de 2024 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Alguém pretende intervir? -----

-----Não há intervenções? -----

-----Senhor Deputado Frederico Antunes (CH), faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado Frederico Antunes (CH) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhor Deputado (deverá querer dizer Senhora Presidente) muito obrigado.-----

-----Relativamente ao ponto três, e de acordo com o critério que temos tido desde o início deste mandato, relembro que a Município é uma empresa que sempre levantou, e continua a levantar, muitas dúvidas (a sua existência e a sua gestão) ao Partido Chega. Por isso mesmo, votaremos contra, e temos que lembrar que...” -----

-----Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito. -----

-----O Senhor Deputado Frederico Antunes (CH) continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:- -----

-----“.... Desculpem... Nesta apreciação... peço desculpa... Nesta apreciação, relembro que a Município custa quinhentos mil euros a todos os oitenses, todos os anos. -----

-----Obrigado.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Senhor Deputado, o Senhor chegou aqui numa altura em que a Municíпия está numa fase, felizmente, pensamos que de recuperação. Mas, eu até acredito que o senhor não saiba o que é a Municíпия, e quão importante a Municíпия foi no contexto nacional. Mas acredito perfeitamente.-----

----- Faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Frederico Antunes (CH)** referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente, agradeço o esclarecimento.-----

----- De facto, desde que aqui cheguei, a Municíпия foi uma das pastas que eu tive o cuidado, realmente, de estudar. E volto a dizer, percebo que no passado possa ter feito sentido, ao dia de hoje, reitero a opinião do Partido, e a minha pessoal, deveria ser revista a forma como está a funcionar.”-----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), pediu a palavra.”-----

----- A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- O Partido Social Democrata gostaria de se pronunciar sobre esta proposta que versa sobre a execução orçamental da Municíпия, no terceiro trimestre de dois mil e vinte e quatro. A análise dos relatórios apresentados pela empresa levantam algumas questões sobre a sua eficiência financeira, a gestão dos recursos públicos e os reais benefícios para os seus acionistas, nomeadamente o Município de Oeiras e os seus cidadãos.-----

----- Primeiramente, apesar de alguns indicadores financeiros serem aparentemente positivos, como o aumento do resultado líquido e a melhoria de alguns desses indicadores, não podemos ignorar que a Municíпия continua a ser uma empresa com um histórico de prejuízos sucessivos e com um orçamento que, na maioria das vezes, resulta em “desvios” que são pagos pelos contribuintes. A ideia de que a empresa está finalmente equilibrada financeiramente deve

ser vista com cautela. A gestão financeira, ainda que mostre algumas melhorias em comparação com o período homólogo, continua a depender da performance de um número muito limitado de projetos e contratos. Uma empresa pública que se mantém dependente de um número restrito de contratos e que regista tais resultados deve ser questionada, principalmente quando consideramos o montante de recursos públicos alocados ao seu financiamento. -----

-----O aumento das "Vendas e Serviços Prestados" é algo a ser considerado, mas também se deve notar que parte do desempenho da empresa depende de um conjunto de projetos específicos, como os contratos com municípios e outras entidades intermunicipais. No entanto, os resultados líquidos reportados, embora superiores ao ano anterior, estão abaixo das expectativas estabelecidas no orçamento, com uma diferença de cento e trinta e nove mil euros em relação ao valor estimado. Este desvio não pode ser simplesmente desconsiderado como uma falha pontual, mas sim um reflexo de uma gestão que ainda não é capaz de cumprir com as metas traçadas, o que coloca em risco a sustentabilidade da empresa a longo prazo. -----

-----Outro ponto que o PSD considera de assinalar são os custos com pessoal. Embora tenha havido uma redução de vinte e um por cento em comparação com o período homólogo, a rubrica "Gastos com Pessoal" superou as previsões orçamentais, com um desvio de duzentos e quinze mil euros. Este facto é alarmante, pois indica que a empresa não está a controlar devidamente os custos com a força do trabalho, o que poderá levar a uma situação de sobrecarga financeira caso as previsões para os próximos períodos não sejam revistas. Vale a pena questionar se essa gestão de pessoal está a ser feita de forma eficiente e se os trabalhadores estão a ser alocados para projetos que realmente geram retorno financeiro e valor para a empresa.-----

-----Outro ponto que destacamos é a questão da solvência e da autonomia financeira da empresa. Embora a Município tenha demonstrado alguma melhoria nestes indicadores, com uma autonomia financeira que atingiu os sessenta e quatro ponto oitenta e sete por cento, resultando num aumento significativo em relação ao ano anterior, não podemos esquecer que a empresa se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

manteve dependente de financiamentos públicos durante anos, gerando um histórico de dívidas e gastos recorrentes. A saída da rubrica de financiamentos obtidos é, decerto, uma boa notícia, mas ainda assim, será crucial verificar se a empresa conseguirá manter-se financeiramente estável no longo prazo sem depender de mais injeções de capital público. -----

----- Em relação aos projetos executados, é importante que a Assembleia Municipal tenha uma visão clara sobre o impacto real destes projetos para o Município de Oeiras, em termos de retorno económico. A Município tem se envolvido em diversas iniciativas de elevado valor, como o levantamento aerofotogramétrico e LIDAR, mas a questão que se coloca é: até que ponto estes projetos estão a gerar retorno para a comunidade de Oeiras, além de servir para justificar o investimento público contínuo?-----

----- Por fim, gostaríamos de alertar para a necessidade de uma maior transparência e controle por parte desta Assembleia Municipal no acompanhamento da atividade da Município. Apesar de algumas melhorias nas contas da empresa, o seu histórico de prejuízos e a elevada dependência de projetos públicos tornam-na num sorvedouro de recursos, que continua a pesar no bolso dos contribuintes. -----

----- A Município, tal como está, não pode continuar a ser tratada como uma empresa sem que se estabeleçam medidas rigorosas para a sua verdadeira reestruturação e responsabilização. A Assembleia Municipal deve exigir um controle mais efetivo e rigoroso sobre a sua gestão e performance, para garantir que o dinheiro dos nossos munícipes está a ser investido de forma eficaz e que a empresa realmente traz benefícios tangíveis para o Município de Oeiras. -----

----- Em suma, o que está em jogo é a boa gestão dos recursos públicos e a transparência na utilização dos mesmos. O PSD está atento e continuará a fiscalizar de perto a atuação da Município, defendendo sempre os interesses de Oeiras e dos oeirenses. -----

----- Muito obrigada.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----

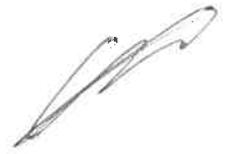
-----Senhor Deputado António Moita (IN-OV), faz favor.”-----

-----O Senhor Deputado António Moita (IN-OV) referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Já, enfim, tivemos a oportunidade de ouvir aquilo que é a opinião das forças políticas que habitualmente estão contra esta empresa, e a forma como ela se tem vindo a processar. E agora é tempo de olharmos para as partes boas que o relatório nos apresenta, e não partir de algumas ideias feitas que, de alguma forma, são contrariadas por aquilo que aqui nos é dito.-----

-----Desde logo, temos como marco aquilo que o Senhor Presidente do Conselho de Administração nos disse aqui, há alguns meses, quando discutimos, e tivemos oportunidade de discutir (talvez esta empresa seja aquela que mais objeto de discussão tem tido nesta Assembleia) e nós tivemos um compromisso, que foi como que um compromisso de honra, do Senhor Presidente do Conselho de Administração, no sentido de que o exercício de dois mil e vinte e quatro ia ser um exercício com resultados acima de zero. Lembro-me, entretanto, que solicitei que nem que fosse um euro, mas que a Município teria que ter resultados acima de zero. E pelos dados que nos apresentam, pese embora a atividade do primeiro semestre não tenha sido ainda completamente positiva, verificamos que a atividade deste trimestre já mostra muitos dos resultados que nos prometeram aqui. E, portanto, nós temos que encarar este aspeto como positivo. Como é óbvio, alguns dos gastos que foram aqui referidos, designadamente os gastos com pessoal, decorrem do acréscimo das vendas e do conjunto de projetos que permitem que as vendas sejam de um volume superior àquelas que foram. E, conhecendo esta empresa, conhecendo os projetos que ela desenvolve, sabe-se que a maior parte deles implicam a contratação de pessoal, implicam a contratação de outros meios, e, portanto, é de esperar aquilo que seria, obviamente, condenável, é que houvesse um aumento substancial dos custos com o pessoal e uma redução muito significativa das vendas, mas não é isso que acontece. O aumento das vendas tem, como



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

contrapartida, um aumento das despesas para que o projeto seja possível de concretizar. E, portanto, esse aspeto é obviamente um aspeto positivo. -----

----- Também realço, como muito positivo, que o resultado líquido que vai ser apresentado no exercício de dois mil e vinte e quatro, vai ser, como foi prometido aqui, um resultado positivo.

----- Realço também, e por último, como aspeto não tão positivo, e não tão bom, aquilo que já seria de esperar... Eu aliás, tive oportunidade de o dizer aqui, aquando da apresentação do Plano de Atividades para dois mil e vinte e quatro, que a Municíпия tinha que ter cautela na forma como nos apresentava as suas previsões. Ao longo dos vários anos, dos vários últimos anos, falhou permanentemente. As previsões foram sempre de resultados muito positivos, e os resultados apresentados depois não batiam certo. Foi, de facto, uma constante (e ainda é) a ver pelos resultados que nos são apresentados, que ainda estão longe das estimativas que foram aqui apresentadas para o ano dois mil e vinte e quatro. -----

----- Ainda assim, e, ao contrário do que aconteceu nos últimos ciclos, os resultados, como digo, vão ser positivos, as áreas em que a intervenção se tem vindo a verificar são áreas onde a Municíпия tem um know how grande, tem vindo a crescer, tem muito ainda, penso eu, para desenvolver. E, não está aqui só, como empresa que é, para dar contrapartidas, ou trazer uma rentabilidade que possa ser mostrada aos munícipes de Oeiras... Não, esta empresa tem acionistas, são muitas câmaras municipais, e todos eles, obviamente, que têm todo o interesse, ou devem ter todo o interesse, em que esta empresa apresente resultados positivos. -----

----- Vamos ver se, para o ano dois mil e vinte e cinco os resultados se aproximam das expectativas, se as áreas que estão a desenvolver são, de facto, áreas que continuam a ter futuro, porque a qualidade técnica dos quadros que a Municíпия tem nunca foram postos em causa. E, portanto, continuamos a entender que se continuarem a apresentar resultados como estes, se continuarem a desenvolver o projeto que nos apresentaram, e que tem por objetivo máximo estabelecer uma rentabilidade para a Municíпия, que todos conhecemos isso, não foi bem sucedida

nos últimos anos, continuamos a entender que a Municíпия tem lógica, é importante. E para aqueles que achavam que a Câmara Municipal de Oeiras não tinha uma colaboração próxima com a Municíпия, os resultados do terceiro trimestre, deste ano, já começam a mostrar que assim não é. Houve, de facto, uma preocupação da Câmara Municipal de Oeiras em aproveitar mais aquilo que era possível a Municíпия dar, e os números que são apresentados já mostram isso. -----

-----E, portanto, tirando o aspeto menos positivo que tem a ver com a diferença entre as estimativas e os resultados alcançados, todos os outros aspetos que este relatório nos apresenta são, francamente, positivos e dão animo para a equipa de administração que a Municíпия tem, que está, e julgo que é justo dizer isso, a fazer um grande esforço para que as coisas mudem.

-----Disse. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Deputado. -----

-----Mais alguém pretende intervir, sobre este ponto? -----

-----Não havendo mais intervenções passamos ao ponto seguinte.” -----

-----**APRECIADA** -----

4.4. Apreciação da Proposta CMO N.º 1201/2024 – GMA – relativa à Parques Tejo, E.M. – Relatório de Execução Orçamental do 3.º Trimestre de 2024 (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

-----“Algum dos senhores deputados pretende intervir? -----

-----Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), faz favor.” -----

-----A **Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Debruçamo-nos agora, sobre a proposta de deliberação referente à execução



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

orçamental da Parques Tejo no terceiro trimestre de dois mil e vinte e quatro. A empresa tem vindo a apresentar resultados positivos, que devem ser reconhecidos, mas também há algumas áreas que merecem uma análise crítica para garantir que as suas políticas e a gestão de mobilidade estejam alinhadas com as necessidades e expectativas da comunidade. -----

----- Começamos por destacar o bom desempenho financeiro da Parques Tejo, com um resultado líquido de cerca de quatrocentos e sessenta e nove mil euros, um crescimento significativo face ao ano passado e superior às previsões orçamentais. Este resultado é positivo e reflete a gestão eficaz da empresa, especialmente no que diz respeito ao aumento dos rendimentos totais, que cresceram trinta e três vírgula cinco por cento em comparação com o mesmo período do ano anterior. Em particular, o aumento nas receitas de estacionamento eletrónico e parquímetros o que é um reflexo direto da expansão e melhoria do serviço prestado, que tem sido, naturalmente, bem-sucedido. -----

----- É igualmente digno de nota o investimento contínuo em infraestruturas, como a requalificação do Parque da Misericórdia e a expansão das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada. Estes investimentos são fundamentais para melhorar a mobilidade e a qualidade de vida no Concelho, e devem ser continuados. -----

----- No entanto, gostaríamos de chamar a atenção para uma questão que tem gerado algum desconforto junto da população, nomeadamente a excessiva taxação do estacionamento no Concelho, incluindo aos sábados e domingos. Embora compreendamos a necessidade de garantir uma gestão eficaz do estacionamento urbano e promover a rotação das viaturas, é importante lembrar que o estacionamento pago aos fins de semana, especialmente em zonas de lazer e comércio, pode ser um fardo para os cidadãos que, muitas vezes, têm apenas esses dias para usufruir de tempo livre. Além disso, para muitas famílias e trabalhadores, a cobrança de taxas elevadas pode ser um obstáculo para o acesso aos espaços públicos e zonas comerciais, impactando negativamente a dinâmica económica e social do Concelho. -----

-----Acreditamos que a Parques Tejo deve continuar a focar-se na gestão equilibrada do estacionamento, promovendo a rotatividade sem sobrecarregar os cidadãos, especialmente aos fins de semana. Existem alternativas, como a redução das taxas em determinados períodos, que podem beneficiar tanto os moradores como os comerciantes, promovendo uma maior utilização dos espaços públicos e estimulando, naturalmente, a economia local.-----

-----Em termos financeiros, é importante também destacar que, embora a empresa tenha mostrado uma boa capacidade de gestão, com um aumento do capital próprio e autonomia financeira de setenta e três por cento, o indicador de liquidez de curto prazo ainda está abaixo do ideal (em zero vírgula sessenta e sete). Isto sugere que a Parques Tejo deve continuar a focar-se na melhoria da sua liquidez, para garantir que está em posição de cumprir com todas as suas obrigações de curto prazo, sem comprometer a sua estabilidade financeira. -----

-----No que diz respeito ao desempenho operacional, o aumento das vendas e serviços prestados é um reflexo positivo da expansão da empresa, mas os custos operacionais também aumentaram, especialmente nas rubricas de fornecimentos e serviços externos.-----

-----Embora a empresa tenha conseguido manter os custos sob controle, é importante continuar a buscar formas de otimizar as despesas, para garantir que o aumento da receita não seja diluído em custos elevados. -----

-----O crescimento da aplicação Oeiras Move e os esforços em direção à mobilidade sustentável são igualmente pontos positivos que merecem destaque. A inovação na área da mobilidade é crucial para o futuro do Concelho, e a Parques Tejo está claramente no caminho certo para promover soluções inteligentes para o nosso Concelho. -----

-----Em conclusão, a Parques Tejo tem demonstrado um bom desempenho, com resultados financeiros positivos e avanços importantes na gestão da mobilidade e das estruturas (deverá querer dizer “infraestruturas”) de estacionamento. No entanto, a excessiva taxação do estacionamento, especialmente aos sábados e domingos, deve ser revista, para garantir que a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

empresa continue a servir os interesses da população sem penalizar os cidadãos e os comerciantes. Continuemos a acompanhar de perto a evolução dos indicadores financeiros, especialmente a liquidez, para garantir que a empresa mantenha uma gestão equilibrada e sustentável. -----

----- Para terminar, acrescentamos que reconhecemos o trabalho da Parques Tejo em favor da melhoria da mobilidade e da qualidade de vida no nosso Concelho. E acreditamos que, com pequenos ajustamentos, poderemos continuar a evoluir para um modelo mais justo e sustentável para todos. -----

----- Muito obrigada!”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.**-----

----- **O Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS) fez a seguinte intervenção:** -----

----- “Senhora Presidente, na sua pessoa cumprimento o Senhor Vice-Presidente e o restante Executivo, senhoras e senhores deputados, público em geral.-----

----- Sobre o relatório do terceiro trimestre de dois mil e vinte e quatro da Parques Tejo, temos a dizer sumariamente o seguinte: trata-se de mais um documento sem novidades, onde o estacionamento continua a ser a grande prioridade em detrimento dos restantes elementos do ecossistema de mobilidade.-----

----- Ao nível das contas, dificilmente não estariam mal, depois de um constante aumento de lugares pagos, e do aumento das tarifas resultante da aprovação do novo regulamento. Mas não é só, também continuam a aumentar os valores das contraordenações, apesar da administração afirmar que faz sensibilização. -----

----- Havendo liquidez, esperava-se um maior impacto da atividade da empresa na mobilidade e na diminuição de trânsito existente um pouco por todo o Concelho. Infelizmente, isso não acontece, e por este caminho também não vai acontecer. -----

----- Continuam os externos estudos de reativação do SATU e do LIOS, como projetos

estruturantes na mobilidade do Município. -----

-----Ao nível das infraestruturas de mobilidade suave, designadamente cicláveis, continuam paupérrimas, sendo disso espelho os indicadores das bicicletas partilhadas do Município. As cento e oitenta viagens em três meses de verão, em cinquenta bicicletas, dá uma média de quatro viagens por mês por bicicleta. -----

-----Ao nível do transporte público de proximidade, em novembro de dois mil e vinte e quatro, o vogal da empresa afirmou que apenas se comprou um autocarro para obter o licenciamento do IMT, e que a Parques Tejo apenas seria operador de transportes caso o Executivo assim o entenda. Quando já estava na calha um contrato programa de um milhão de euros anuais para o efeito, faltando assim à verdade. -----

-----Também em novembro, o Senhor Presidente Isaltino Morais diz que o futuro depende da informação prestada pela Parques Tejo, ignorando assim as três tentativas de insucesso da operação do Combus por parte da Câmara Municipal, e diluindo-se assim a convicção inicial do Executivo de concentrar o transporte público de proximidade na TML, manifestada inicialmente através da Vereadora Joana Baptista. -----

-----Neste relatório continuam os sinais de aparente navegação à vista, com a intenção da Parques Tejo em vir a operar o antigo Valley Shuttle, e fazer uma carreira em Algés, desconhecendo o real alinhamento com o PAMUS.-----

-----Senhora Presidente, durante o dia de hoje fomos informados pela Câmara que não existem quaisquer estudos de viabilidade económico-financeira para a constituição da Parques Tejo como operador de transporte. O que nos espanta é que o Executivo e o seu Presidente possam avançar com uma decisão sem qualquer suporte que possa vir a evitar os erros do passado. -----

-----Estas circunstâncias vêm dar razão à nossa desconfiança sobre o que se está a passar.

-----Disse.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Desculpe, estava desligado... Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU).”-----

----- O **Senhor Deputado Aníbal Guerreiro (CDU)** referiu o seguinte:-----

----- “Obrigado, Senhora Presidente. -----

----- A Câmara tinha encomendado novas rotas à Carris Metropolitana. Gostaríamos de saber em que ponto é que está a situação e quais os avanços que está a ter. -----

----- Obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada. -----

----- Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faz favor.” -----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Aproveito também para desejar um bom ano a todas e a todos. Cumprimento-a e cumprimento todos os presentes. -----

----- Nós temos aqui mais um relatório trimestral da Parque Tejo, e a verdade é que, como já foi dito, não há propriamente grandes novidades. Estes relatórios trimestrais, muitas vezes não trazem grandes acrescentos em relação aos anteriores. E aqui nós vemos que não é só em relação ao último relatório, é a tendência daquilo que tem sido os últimos relatórios trimestrais da Parques Tejo que é: continuamos no registo de proclamações.-----

----- Temos muitas proclamações, muitas intenções, algumas delas bastante boas, devo dizer, mas que não passam disso, não passam de proclamações, não passam de intenções. E aquilo que, de facto, acontece, é que continua tudo virado para o automóvel, como temos vindo a dizer, como eu tenho de repetir hoje outra vez, mas pura e simplesmente como é aquilo que vem no relatório, não posso dizer algo de diferente, quando aquilo que me apresentam é igual. Vemos muitas intenções, mas até estas coisas saírem do papel, a Coligação Evoluir Oeiras não pode dar o braço a torcer de que as boas intenções da Parques Tejo estão a transformar-se em realidade,

porque até agora, por aquilo que nós vemos, não estão. -----

-----Os números de utilização de bicicletas continuam baixos, continuamos a ter poucos quilómetros de ciclovias, por comparação com os nossos vizinhos de Lisboa e Cascais, continuamos a ter um mau acesso aos transportes públicos, sobretudo no interior do Concelho. E nós vemos logo no início do documento, do relatório trimestral, um desenho, vemos um bonequinho, com o SATU reativado, com o BRT, com o LIOS... O nosso problema maior com isto, temos outros, mas o nosso problema maior é que estamos aqui a discutir aquilo que é, até agora, para já, não passa de um bonequinho, de uma imagem num relatório trimestral.-----

-----E, portanto, estas grandes proclamações até terem tradução no terreno, quer dizer, não podemos dizer muito mais do que isto, e criticar que ao longo de sucessivos meses, ao longo de anos, a única coisa que se tenha para dizer, seja: “estamos a estudar, estamos a fazer”, estudar é bom, claro, “estamos a fazer estudos”, etc., começa a ser altura de avançar um bocadinho para lá das proclamações e dos estudos. E, por outro lado, a parte mais grave disto tudo, é que a obsessão com o automóvel continua, e é aquilo que nós vemos, é a única coisa que tem tradução na realidade concreta do dia a dia das pessoas. E a obsessão com o automóvel é tal, que agora até já dentro do Parque dos Poetas se pode andar de carrinho. Não é bem um automóvel, mas também já dentro do Parque dos Poetas temos uma solução motorizada equiparada a um carro. E, portanto, isto leva-me a crer que já estivemos mais longe da realidade americana, e tem estes impactos, obviamente, na infraestrutura de transportes públicos. Mas, qualquer dia (se calhar a Câmara vai achar que isto é uma boa ideia, este disparate) passa a haver farmácias drive thru também, tudo virado para o carro (já temos uma que chega lá perto na ACinco), vamos ter multibancos drive thru, se calhar até reuniões com o Presidente da Câmara passamos a ter em modo drive thru. Já estivemos mais longe disto. À fase Parque dos Poetas em modo drive thru a essa já chegámos, já estamos nesse estado de “carrismo”, no Município de Oeiras. -----

-----E, portanto, em termos de apreciação geral, ao relatório trimestral é isto.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu queria fazer-lhe uma pergunta muito concreta, que não vem necessariamente neste relatório trimestral, mas que está prevista para Parques Tejo para este ano, e foi discutida aqui na Assembleia Municipal há pouco tempo, e está no Orçamento e no Plano de Atividades para dois mil e vinte e cinco, e dois mil e vinte e seis, com dotação, com rubrica, que tem a ver com aquele suposto, putativo parque de estacionamento no Largo Maria Leonor, se não me engano, em Miraflores, junto à Escola Secundária de Miraflores, que o Senhor Presidente da Câmara prometeu, disse-nos que ia fazer uma consulta pública alargada, convocar a população para uma grande assembleia cidadã sobre o que fazer em relação àquele espaço. Não ouvimos mais nenhuma novidade acerca disso, podemos ter sido nós que não ouvimos e, por isso, peço esses esclarecimentos. Mas queremos reforçar aquilo que se disse na altura, que é o Senhor Presidente transmitiu aqui uma ideia de abertura a soluções e a diferentes projetos possíveis para o espaço, mas a verdade é que aquilo que está, mais uma vez, no terreno ainda não, mas materializado nos documentos da Parques Tejo, é uma rubrica de orçamentação, um desenho, um esboço de um plano, para fazer lá um parque de estacionamento. E, portanto, nós temos de perguntar se essa consulta à população, e essa vontade de recolher outras soluções, se, como tantas outras coisas que a Câmara faz, é faz de conta, ou não. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Mais alguém pretende usar da palavra? -----

----- Senhor Deputado João Viegas (IN-OV).”-----

----- O **Senhor Deputado João Viegas (IN-OV)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Desde já a cumprimento a si, ao Doutor Miller, Doutor Custódio, Senhor Vice-Presidente, senhores vereadores, senhoras deputadas, senhores deputados. -----

----- Apenas para que fique em Ata que não participarei na discussão deste tema, deste

ponto da Ordem de Trabalhos, porque sou técnico superior na Parques Tejo, e entendo que não devo participar em discussões, ou votações, relativas à empresa onde trabalho. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Bem, eu penso que está feita a apreciação... Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV), faz favor.”- -----

-----O **Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Senhor Vice-Presidente, senhora vereadora, senhor vereador, senhoras e senhores deputados.- -----

-----Em relação ao presente relatório do terceiro trimestre da Parques Tejo, já ouvimos primeiro a intervenção da Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD), que fez uma intervenção exaustiva sobre o relatório, com aspetos factuais, e outros aspetos críticos, com toda a legitimidade, e isso não está em causa.-----

-----Em relação ao Senhor Deputado do Partido Socialista, bem como o Senhor Deputado do Evoluir Oeiras, o discurso é quase idêntico ao dos últimos relatórios, nomeadamente o relatório em relação ao primeiro semestre. De qualquer modo, portanto, depois das intervenções que ouvi, não vale a pena tecer grandes considerações, mas fazer praticamente uma síntese do que aqui está em causa. -- -----

-----Primeiro, é inegável a evidência da boa situação económico-financeira da empresa, a qual tem vindo a melhorar sucessivamente trimestre a trimestre, bem como a sua consolidação. E acho que isso é unânime. -----

-----Em relação à atividade da empresa, neste trimestre, a mesma destacou-se em várias intervenções ao nível de requalificação, no estacionamento, não só em parques como também nas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

zonas de estacionamento de duração limitada. E, para além destas intervenções, refira-se também a continuidade dos processos relacionados com o SATU e o LIOS. E, estas intervenções, temos que salientar que são intervenções que foram feitas num trimestre, e, no fundo, é uma continuidade do que tivemos conhecimento, porque há relativamente pouco tempo, debatemos não só o relatório do primeiro semestre de dois mil e vinte e quatro, bem como o Plano e Orçamento para dois mil e vinte e cinco.-----

----- Todas estas intervenções têm um princípio e hão de ter um fim, mas pelo meio, em continuidade, porque, de facto, estamos sempre aqui a debater relatórios trimestrais. -----

----- Portanto, os apontamentos que referi, refletem o trabalho continuado que a Parques Tejo tem vindo a implementar. Trabalho este que poderemos analisar no seu todo quando da apresentação futura do Relatório e Contas de dois mil e vinte e quatro.-----

----- Por fim, e também já foi referido, os dois apontamentos de relevância em relação ao resultado líquido, que tem vindo não só a aumentar e a consolidar-se, mas, por outro lado, igualmente os indicadores económicos e financeiros têm vindo a melhorar em comparação com períodos homólogos, nomeadamente, e em virtude do crescimento da atividade operacional da empresa, bem como os comportamentos ao nível do ativo e do passivo, como é lógico com crescimento do primeiro, e com a diminuição do segundo.-----

----- Disse. -----

----- Obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), faz favor.”-----

----- O **Senhor Deputado Tomás Pereira (EO)** referiu o seguinte: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Esta tendência do IN-OV andar (já que estamos a discutir a mobilidade eu uso esta metáfora) a reboque da Coligação Evoluir Oeiras começa a ser cada vez mais patente, seja nos

estudos que pede ao LNEC, seja nas considerações que faz neste relatório da Parques Tejo. Porque, na verdade, o Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV) disse que a minha intervenção, entre outras, não tinha nada de novo, eu próprio já tinha dito isso. E deixe-me dar-lhe uma novidade, Senhor Deputado, a sua intervenção também foi igualzinha a todas as outras anteriores, igualzinha. Quer dizer, eu se for ouvir a Assembleia Municipal do último relatório da Parques Tejo, e correr isto aqui no programa, deve ter mais ou menos as mesmas palavras (se calhar mudou um bocadinho aí a ordem). Mas é normal, Senhor Deputado, porque nem o Senhor Deputado, nem o Senhor Deputado do Partido Socialista, nem eu, andamos aqui a inventar coisas, não é? E, portanto, se temos relatórios que nos chegam em que o ponto de situação é mais ou menos o mesmo, e as coisas estão mais ou menos iguais, vamos fazer intervenções com mais ou menos os mesmos pontos, não vamos pôr-nos aqui a inventar coisas que não estão nos relatórios da Parques Tejo, ou seja de quem for. -----

-----Portanto, Senhor Deputado, a minha intervenção, efetivamente, eu admiti logo que foi igual, a sua também, é o que temos. -----

-----Olhe, se quiser perguntar à Parques Tejo, se podemos passar a fazer intervenções sobre coisas novas, é à Parques Tejo que deve dirigir a pergunta e o comentário. -----

-----Eu sei que gostam muito de andar a reboque da Coligação Evoluir Oeiras, peçam o reboque à Parques Tejo.-----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Faz favor, Senhor Deputado.” -----

-----O **Senhor Deputado Rui Pessanha (IN-OV)** fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Bom, não se pode dizer que não há duas sem três (por enquanto ainda é a segunda) que depois da minha intervenção o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) decide retorquir, e bem, com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

toda a legitimidade. Só que há uma coisa, Senhor Deputado, que eu queria que ficasse claro a partir de hoje: é que, de todas as intervenções que eu tenho feito sobre o setor empresarial local, nomeadamente Parques Tejo, como outras empresas, são intervenções políticas, mas baseadas em factos, são factuais, e não em invenções. E, portanto, quando me cabe a mim fazer intervenções sobre o setor empresarial local, as minhas intervenções políticas baseiam-se em factos, e é simplesmente isso, não é nada mais. -----

----- E, portanto, não vale a pena as intervenções que o Senhor Deputado faz, porque não têm nada a ver com o teor das minhas intervenções.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Bem, meus senhores, penso que está devidamente apreciada esta proposta relativa à Parques Tejo, mas o Senhor Vice-Presidente pretende intervir. Faz favor.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, senhoras e senhores deputados.-----

----- Senhora Presidente, eu vou pedir ao Presidente da Parques Tejo para responder às questões que foram suscitadas.-----

----- Não obstante, sou obrigado a dizer duas ou três coisas.-----

----- Naturalmente, como os senhores deputados acabaram de afirmar, não questionaram muitas coisas novas, não há muitas coisas novas para responder, exceto o Senhor Deputado da CDU, que trouxe algumas questões novas que eu vou pedir ao Presidente da Parque Tejo para responder. -----

----- Depois, dizer o seguinte: eu não me recordo de ter pedido boleia a ninguém, nem andar de reboque, ou a reboque Eu também percebo..., peço alguma compreensão aos deputados da bancada do IN-OV, porque quando não se tem mais nada para dizer faz-se vozearia, não vale a pena responder, não têm nada para acrescentar. Os senhores deputados não têm nada para acrescentar, daquele lado. É termos a tolerância devida para quem quer fazer do posto atual um

trampolim. É não deixar que o trampolim sejamos nós próprios. Portanto, é deixar a falar sozinho senhores deputados, deixando a falar sozinho que o trampolim não salta muito mais.-----

-----Senhora Presidente, o Senhor Presidente da Parques Tejo, por favor.” -----

-----O **Senhor Rui Rei, Presidente da Parques Tejo**, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Muito obrigado. -----

-----Senhor Vice-Presidente, Senhora Presidente, senhoras e senhores vereadores, restantes eleitos municipais. -----

-----Se me permitisse, Senhor Vice-Presidente, eu começaria exatamente pelo fim, pela sua intervenção e pela do eleito da CDU, dizendo que para quem navega à vista, não está mesmo nada mal. Tomara eu, se me permite Senhora Presidente, que todas as empresas municipais, eventualmente da Amadora, de Lisboa ou até de Cascais, tivessem este tipo de navegação à vista.

-----Mas, em relação ao transporte público de passageiros, eu diria que: -----

-----Entre janeiro de vinte e três, e outubro de vinte e quatro, cresceu só, coisa pouca, sessenta e um por cento; -----

-----O máximo de passageiros registado entre outubro de dois mil e vinte e quatro até hoje, foi um milhão e oito mil passageiros, coisa pouca; -----

-----Máximo de passageiros dia, num dia útil, quarenta e oito mil passageiros, coisa pouca;

-----O aumento da oferta entre janeiro de vinte e três até agora – quarenta e dois por cento, cento, coisa pouca;-----

-----Aumento de quarenta e oito por cento face à oferta pré Carris Metropolitana, coisa pouca;-----

-----A oferta está acima sete ponto cinco por cento dos quilómetros previamente previstos e contratados;-----

-----Foram subdivididas entre outras, entre vários ajustes, a carreira mil cento e dois, que deu origem à mil cento e treze, e à mil cento e catorze, em Algés. Que, no primeiro mês de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

subdivisão disto, teve mais passageiros que nos meses anteriores todos somados; -----

----- Lançámos também a carreira mil cento e oito, que serve o Word Trade Center e faz, finalmente, a ligação à zona do Colombo, ao Colégio militar; -----

----- Nos próximos meses serão lançadas mais três ou quatro carreiras, entre elas, o Algés lés a lés. --- -----

----- E, portanto, para quem faz uma navegação à vista, eu penso que estaremos efetivamente conversados. Mas podemos continuar a conversar sobre isto. -----

----- Estacionamento e excessiva taxaço: Nós esta semana, a pedido do Senhor Presidente da Câmara, faremos uma conferência de imprensa sobre o estacionamento, e ficará ainda mais claro que, não sendo o campeonato que Oeiras disputa, mas se compararmos taxas com Lisboa e com Cascais, somos mais baratos, de longe. Se compararmos os dísticos de residente, somos mais baratos, de longe. Se compararmos os horários, praticamos os menores horários, de longe. E, quando se fala de excessiva taxaço, nomeadamente em Algés, a única zona que é taxada, até às dezanove horas, ao sábado e ao domingo, é a zona de fronteira que vai do parque de estacionamento da Avenida dos Bombeiros Voluntários (toda a zona exterior) até à zona do restaurante “O Relento”. E, quando se fala que se quer “sol na eira e chuva no nabal” não é possível. -- -----

----- Até há seis meses atrás, se os senhores eleitos fossem a Algés, nomeadamente na zona entre o parque de estacionamento da avenida e a rua dos elétricos, onde passa o elétrico quinze, não tinham um lugar para estacionar, um.-----

----- E para quem diz que se aposta, e se defende o automóvel, eu digo-vos: Eu pago-vos o almoço, ou o jantar, onde os senhores escolherem (eu, não é a empresa, eu) se forem hoje, amanhã depois de amanhã, nos próximos meses, a Algés, e não encontrarem um lugar para estacionar. Para navegação à vista, estamos efetivamente conversados. -----

----- Portanto, mas se compararmos os horários, em Cascais os horários são mais ou menos

entre as dez da noite e as duas da manhã, que é um bocadinho maior que as dezanove horas. Portanto, os horários normais nas zonas de maior rotação em Cascais são vinte e duas horas e duas da manhã. Estes são os horários que se praticam em Cascais. -----

-----Em Lisboa, há uma coisa que se costuma dizer que é: na Avenida Liberdade, não se paga até às dezanove horas ao sábado. E não se paga mal, porque, com certeza, o que não faz sentido é eu ir à Avenida da Liberdade durante o dia e pagar, e chegar lá à noite quando vou aos restaurantes, aqueles onde se come a dez euros por refeição, que é o JNcQUOI ou o Seen, e aí eu não pago, mas também não tenho lugar para estacionar, tenho que ir estacionar no parque de estacionamento privado dos Restauradores. -----

-----Portanto, é um problema de gestão que temos que fazer, e só fazendo essa gestão é conseguimos ter resultados de gestão do espaço público. Não tem nada a ver com tarifação. -----

-----Terminava com duas questões, Senhor Vice-Presidente, se me permitisse. -----

-----A primeira é que não sei onde foram buscar os dados comparativos, mas gostava que mos mostrassem. De Lisboa até dou de borla das bicicletas, mas é que Cascais desativou a sua rede bike sharing, portanto, não pode ter mais... Não, não faça esse sinal com a cabeça... Cascais desativou a sua rede bike sharing...” -----

-----**Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, torna-se inaudível o que foi dito.** -----

-----**O Senhor Rui Rei, Presidente da Parques Tejo,** continuou a sua intervenção dizendo o seguinte:- -----

-----“...Não tem problema, na próxima Assembleia pode-me dizer...Cascais desativou a sua rede de bike sharing. Pode-me falar da rede de bicicletas e trotinetes sem doca, mas isso nós também temos. Portanto, agora é assim como estou a dizer, está desativa, pode lá ir ver, a maior parte delas já foram removidas.-----

-----Em relação ao LIOS e ao SATU, é só mais um mês de paciência e os senhores verão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

que Oeiras terá, efetivamente, todas as condições fechadas. O SATU pronto a avançar assim que o Governo coloque lá o que falta de financiamento. E o LIOS, está em andamento, já com um pré-acordo de Lisboa e, portanto, estamos a fazer o trabalho. Demora algum tempo? Demora. Mas vamos ter duas redes estruturantes, absolutamente essenciais para transporte público de passageiros. -----

----- Terminava, Senhor Vice-Presidente, para quem aposta em estacionamento não está mal que se faça estas duas redes, a par da ACinco, a par, no fundo, do cardinal, que é o projeto estratégico de Oeiras. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Bem, estamos esclarecidos sobre este ponto.-----

----- Pretende intervir? Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS). -----

----- Perguntas ao Senhor Vice-Presidente, se faz favor.”-----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** referiu o seguinte: -----

----- “Não. Faça-lhas a si, Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Como?”-----

----- **A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Faço as perguntas a si, Senhora Presidente. -----

----- Depois de termos assistido a este bailado e até aqui a alguma acusação de que o Partido Socialista não faz, ou só faz os comentários de sempre, gostaria de colocar três perguntas, três perguntas velhas, três perguntas de sempre: -----

----- Primeira pergunta velha e pergunta de sempre: -----

----- Existem estudos de viabilidade económico-financeira para a constituição da Parques Tejo, como operador de transportes?-----

-----Segunda pergunta velha, segunda pergunta de sempre:-----

-----A Parques Tejo tem conhecimento do percurso, das dificuldades e da implementação no momento do COMBUS?-----

-----Terceira pergunta velha, terceira pergunta de sempre:-----

-----A Parques Tejo está mesmo a constituir-se como operador de transporte?-----

-----E respostas novas haverá? É que, nem novas, nem velhas. A única coisa que, neste momento, nós conseguimos assistir é a um desfile de um rei que deixou Cascais e lá não deixou saudades. -- -----

-----Disse.”-----

-----O **Senhor Deputado António Moita (IN-OV)** interveio e disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, muito obrigado. -----

-----Ao contrário do que se passa com as outras empresas municipais, o Partido Socialista tem um parti pris, que eu também acho que é velho, com a Parques Tejo. Não sei bem porque é que é, mas sei que assim é porque as posições que tem permanentemente com a Parques Tejo são posições de condenação, de não apreciação das suas práticas, e isto já não é de hoje. Como digo, já é uma prática velha. Não é muito velha, mas já é velha. -----

-----E eu queria dizer que se não fosse o Senhor Presidente da Parques Tejo, depois das acusações que aqui lhe foram feitas de que tudo está mesma, de que os relatórios dizem sempre a mesma coisa, que as iniciativas são sempre as mesmas, de que as propostas não vêm, que as ações estão só escritas, não estão concretizadas, o que é que haveria de fazer o Senhor Presidente da Parques Tejo, senão vir aqui para defender a sua dama? Acho muito bem que o tenha feito e, pela nossa parte temos este registo, que é um registo que é comum num conjunto de forças políticas, mas que o Partido Socialista, até hoje, não tem tido, exceto, como digo, com a Parques Tejo.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interveio, mas dado que o fez com o microfone



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.-----

----- A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Deputada (deverá querer dizer “Senhora Presidente”). -----

----- Para esclarecer, o Partido Socialista não tem nada contra a Parques Tejo, nunca votou nenhuma proposta na Câmara Municipal contra a Parques Tejo, nem de aumento de tarifários, nem de implementação de Zonas e não é de hoje, sempre foi assim, desde o princípio que a empresa existe. -----

----- O que o Senhor Deputado António Moita (IN-OV) não quis referir, é que às perguntas que são feitas incessantemente pelo Partido Socialista à Presidência deste Executivo, à Presidência desta Mesa que as passa para a Presidência do Executivo sobre algumas opções estratégicas da Parques Tejo, as respostas são nulas ou vazias. Aliás, basta ver o que se recebeu hoje e todos os deputados hoje e deputadas receberam hoje uma resposta, aliás duas respostas uma a mim e outra ao Senhor Deputado Ricardo Fernandes (PS) sobre a questão dos estudos que existem sobre a viabilidade da empresa se constituir como operador de transportes e a resposta é um vazio. Aliás, eu diria mais, a resposta é um desrespeito para com estes deputados. Se assim não fosse, não dizia que não é com base na experiência que se tomam decisões destas de investimentos avultados desta natureza. Os investimentos que este Município tem que fazer através das diferentes empresas municipais, e é isso que temos discutido relativamente às outras empresas municipais, são as que têm que ser feitas tal como temos exigido para as restantes empresas, têm que ser feitas com base em estudos e com base em conhecimento. Esse conhecimento, se existe não nos é chegado e a resposta que nos deram hoje é mais uma vez sinal da falta de respeito que a empresa Parques Tejo tem perante todas as deputadas e todos os deputados desta Casa. Portanto, Senhor Deputado não diga inverdades, o Partido Socialista nada tem contra a Parques Tejo, não concorda é com a forma como a Parques Tejo não responde ao Partido Socialista, às suas dúvidas, que temos toda a legitimidade, digo eu, para as colocar. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhor Vice-Presidente, tem alguma coisa a acrescentar?”-----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados era o que faltava ao Executivo Municipal ou alguma empresa municipal não respeitar a Assembleia Municipal, o órgão deliberativo do Município... Senhora Deputada, eu...Senhora Presidente permita-me, eu gostava que a Senhora Deputada, quando se dirige a mim na qualidade de Vice-Presidente me tratasse com o respeito com que eu a trato. Eu trato com deferência e educação, aguardo o mesmo, só. -----

-----E digo, Senhora Presidente que, de tal forma, vou pedir que as questões suscitadas pelo Partido Socialista, estas três, sejam respondidas por escrito, cabalmente, portanto, peço que seja elaborada a resposta escrita cabal à Assembleia Municipal. -----

-----Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Fica em Ata e, portanto, eu tirarei da Ata estas três questões que colocou e enviarei para a Câmara, com a maior rapidez possível. Não vamos esperar pela elaboração da Ata, tiramos estas três questões e serão enviadas e vamos passar para o ponto seguinte.” -----

-----**APRECIADA** -----

4.5. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1209/2024 – DMEDSC/DDS/DCS – relativa à Atribuição de comparticipação financeira à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, para aquisição de produtos alimentares para a resposta à mercearia social (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** fez a seguinte intervenção:-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Temos em apreciação uma atribuição de comparticipação financeira à União de Freguesias de Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, para aquisição de produtos alimentares para a resposta à mercearia social, uma medida que julgo existir em todas as Freguesias em resposta à população em situação de vulnerabilidade e fragilidade social. -----

----- Nesta proposta verificamos o pedido da União de Freguesias de vinte e cinco mil euros de verba para fazer face aos custos dos cabazes alimentares necessários para entregar às famílias carenciadas, mas cuja informação fornecida é muito escassa. -----

----- Nada é também referido em termos de diagnóstico, de média de pedidos, de qual o racional para encontrar este valor que é solicitado de modo a garantir a boa aplicação dos dinheiros públicos. -- -----

----- Assim, gostaríamos, pois, de ter mais informação: -----

----- Primeiro... Senhor Vice-Presidente... tudo bem, não estou a dizer que não. Primeiro: Isto é uma situação que só se aplica a esta União de Freguesias? Ou também a outras e, portanto, iremos também avulso ter propostas das outras quatro freguesias? Uma vez que se espera que famílias carenciadas no Município de Oeiras tenham igualdade de tratamento por parte do Município. -----

----- Segundo: No despacho do Presidente da Câmara indica que se elabore a proposta para atribuição do valor, proposta essa que temos agora aqui para votação, mas também indica que se requeira o relatório de aplicação dos últimos apoios concedidos. Ora relatório esse que poderia ajudar a fundamentar esta proposta, mas este relatório não consta nos documentos fornecidos aos deputados para análise e também já não constava dos documentos fornecidos aos vereadores para votarem. Relembro que este é conforme às minutas anteriores de financiamento. É um documento obrigatório, estes relatórios são documentos obrigatórios para a atribuição de novos subsídios e, portanto, fico desde já curiosa de saber como é que foi votada na Câmara sem o relatório do

financiamento anterior. E por falar nisto, falta também em relação à documentação uma Certidão da Autoridade Tributária que está caducada. -----

-----Por último, a questão mais importante de todas: Onde está o Diagnóstico Social de Oeiras? Como sabemos qual é a percentagem de população carenciada em cada Freguesia? Lembro que o último conjunto de dados no portal de dados abertos do Município é um conjunto de dados de dois mil e dezoito e que para elaboração do Diagnóstico Social de Oeiras de vinte vinte e dois foi lançado um questionário (imagine-se) em fevereiro de vinte e três, atrasado, portanto. Estamos em dois mil e vinte e cinco e perguntamos: então onde estão os resultados deste inquérito? Onde está o Diagnóstico Social de Oeiras de vinte vinte e dois quando em vinte vinte e seis já devíamos estar a fazer o próximo? Onde é que estão esses dados, esses relatórios, para fundamentar a aprovação desta proposta?-----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mais algum senhor deputado pretende fazer alguma pergunta, pôr alguma questão?

-----Então peço ao Senhor Vice-Presidente, de fazer o favor de responder às questões colocadas.” -----

-----O **Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----“Senhora Presidente, Senhores Deputados.-----

-----Senhora Presidente, agradecer as perguntas que me foram tão simpaticamente colocadas. - -----

-----Naturalmente que se houver alguma União de Freguesias ou alguma Freguesia que necessite de apoio para este tipo de situação, a situação é de igualdade para todas as Freguesias do Concelho e para todos os cidadãos de Oeiras. -----

-----Relativamente ao relatório sobre o diagnóstico social vou ter que saber se os relatórios já estão prontos para ser colocado e o diagnóstico social também. Vou falar com a Vereadora



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Teresa Bacelar no caso concreto e com o Gabinete de Apoio às Freguesias. -----

----- Quanto à Certidão de Administração Tributária, estas têm estas coisas, têm prazo de validade e caducam ao fim de um tempo, portanto, é juntar nova, é só. -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:**-----

----- “Faz favor, Senhora Deputada.” -----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) referiu o seguinte:** -----

----- “Senhor Vice-Presidente, a deliberação do Senhor Presidente da Câmara Isaltino Morais indica “Elabore-se a Proposta”, o despacho sim, “Elabore-se a proposta para atribuição do financiamento” que depois foi à reunião de Câmara e agora está aqui para votação, mas também indica, de igual forma, que se solicite o relatório para fundamentar a proposta. Esse relatório não consta. E, portanto, onde é que está esse relatório? Não sei se o Senhor Presidente da Junta pode esclarecer, uma vez que é a Junta, obviamente, que tem competência para fazer esse relatório relativo ao apoio anterior que é uma obrigação da minuta contratada no financiamento anterior.--

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito.**-----

----- **A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte:** -----

----- “Posso Senhora Presidente? Senhora Presidente posso? Muito obrigada.-----

----- Se o relatório existe e não está anexo a esta proposta, e eu considero que ele devia estar para fundamentar a proposta, sei que é uma ajuda importante não só para a União de Freguesias, para os moradores e para as pessoas carenciadas, seja na Freguesia de Algés como todas as outras, entendo que o relatório deve estar em anexo, porque o próprio despacho assim o refere: “Peça-se”.

Não foi pedido, não está conforme, esta proposta não devia ser votada hoje e, portanto, uma vez que temos Assembleia na próxima semana eu sugiro que, se não querem responder, se não querem

colocar o Senhor Presidente numa situação incómoda aqui na Assembleia, eu entendo tudo isso e sugiro que seja retirada a proposta e que seja votada na próxima semana e até lá que seja atribuído o relatório enviado aos deputados. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível transcrever o que foi dito. -----

-----O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, eu tenho muita bonomia, aliás, vou recordar o líder do Partido Socialista, Doutor Pedro Nuno Santos e vou apelar para eu me acalmar. -----

-----Tenho alguma dificuldade em tentar explicar a quem não percebe o mínimo destas coisas.-----

-----O Senhor Presidente fez um despacho em que mandou elaborar uma proposta de deliberação e mandou provavelmente colocar, nem li o despacho, o relatório anexo para ajudar à compreensão. Não é ... oh Senhora Deputada, não é um relatório que fundamenta uma proposta de deliberação. O relatório apoia na compreensão da proposta. Se vossa Excelência ler a proposta, em lado nenhum faz alusão ao relatório. Não vejo aqui relatório nenhum. Não vejo aqui nenhum relatório, mas sei que é assinada pelo Senhor Presidente da Câmara. Portanto, Vossa Excelência quer se sobrepor a uma proposta de deliberação, porque leu um despacho em que devia ser colocado o relatório? É claro que se o relatório já estiver feito, deve ser enviado ao conhecimento dos senhores deputados. A Senhora está a confundir um despacho com uma proposta de deliberação que está assinado pelo Presidente? Senhora Presidente, isto é penoso...”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Vamos entrar aqui num debate... não vale a pena, faz favor.”-----

-----A Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO) disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Eu ia sugerir ao Senhor Vice-Presidente que então lesse os documentos todos que estão anexo à proposta, nomeadamente a minuta do financiamento e como todas as outras anteriores, como o Senhor Vice-Presidente, muito bem, sabe, é obrigação de quem recebe o financiamento fazer um relatório para atribuição do subsídio seguinte e, portanto, não tendo esse relatório, a proposta nem está em condições de ser votada, tal como eu disse. O Senhor acha que eu não estou cá há muito tempo e que não sei muitas coisas e que o Senhor é que sabe tudo, pelos vistos não sabe ou então quer fazer passar os outros por parvos. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Nada diz que é obrigatório o relatório. Diga lá, se faz favor onde é que está no despacho do Senhor Presidente...” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, não é no despacho. No despacho diz: “peça-se o relatório para anexar à proposta”, esse relatório não está, devia estar. Apesar disso, todas as minutas de atribuição de financiamento têm obrigação da entrega de um relatório do financiamento no final da execução do financiamento e isso é obrigatório para atribuição do financiamento seguinte que é este o caso e, portanto, não havendo relatório do financiamento anterior, esta proposta não deve ser votada sem esse relatório.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** perguntou o seguinte: -----

----- “Onde é que a Senhora vê isso?” -----

----- A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** respondeu dizendo o seguinte: ---

----- “Senhora Presidente, em todas as minutas de atribuição de financiamento, nesta proposta também há de estar em anexo... nesta proposta há de estar em anexo na minuta de atribuição de financiamento. -----

----- Muito obrigada.” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Mas não está. Portanto, é uma afirmação... -----

-----Quer usar da palavra Senhora Deputada?”-----

-----A **Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS)** pergunta o seguinte:-----

-----“Posso usar da palavra, Senhora Presidente?” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** observou o seguinte: -----

-----“Está a natureza do contrato, está uma minuta do contrato...” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** referiu o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, cláusula três: obrigações do segundo outorgante, alínea e):

“Apresentar até ao final do mês de abril do ano seguinte ao da concessão do apoio relatório de atividades e o relatório de contas de gerência, devidamente aprovados quando o apoio se tenha destinado ao exercício da atividade”. Este parágrafo também está no financiamento anterior e este relatório não foi entregue como devia ser para atribuição do subsídio seguinte. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“O relatório, obrigações... tem que estar sempre um relativo ao ano anterior... está aqui na minuta de contrato. Não, na minuta de contrato está aqui, não tem... diz que está em anexo... a minuta do contrato está aqui, tudo isso, para trás e para a frente. O despacho do Presidente está... não sei.” -----

-----A **Senhora Deputada Mónica Albuquerque (EO)** disse o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente para votarmos por unanimidade, volto a referir que a proposta pode ser adiada uma semana, deixo isso à sua consideração.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Só um minuto, deixe ver o que é que a Câmara tem a dizer, esta é uma proposta enviada pela Câmara e, portanto... Senhor Presidente da União de Freguesias, quer o Senhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

responder?” -----

----- O Senhor Deputado João Antunes (Presidente da U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo) referiu o seguinte:-----

----- “Sim, Senhora. -----

----- Nós reenviamos o relatório, conforme o Senhor Presidente mandou. O Senhor Presidente da Câmara pediu-nos o relatório no despacho, quando fizemos o pedido e nós enviámos automaticamente o relatório.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “A Junta de Freguesia enviou o relatório?” -----

----- O Senhor Deputado João Antunes (Presidente da U.F. Algés, Linda-a-Velha e Cruz Quebrada/Dafundo) respondeu dizendo o seguinte: -----

----- “Sim, sim, todas as despesas referentes ao último subsídio que tivemos de vinte e cinco mil euros.” -----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Faça a proposta, se faz favor.”-----

----- O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, perante os factos, eu vou pedir o adiamento da proposta por uma semana e ver o que é que aconteceu, onde está o relatório na Câmara.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. observou o seguinte:-----

----- “Fica adiada para a próxima semana. Como? Agora é só votar. Agradecia era que a Câmara enviasse o relatório. Portanto, adiada para a reunião do dia vinte e um... a votação.”-----

----- **ADIADA**-----

4.6. Apreciação e Votação da Proposta CMO N.º 1243/2024 – DMOTDU/DPERU/DRU – relativa à Retificação aprovação condições gerais da celebração Contrato Subconcessão Uso Privativo Casa do Guarda Espargal (ID 5649), em Paço de Arcos, pertencente ao domínio

público ferroviário (os documentos relativos a esta Proposta ficam arquivados, como anexos, na pasta desta Sessão) -----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Alguém pretende usar da palavra sobre isto? Vou passar à votação.”-----

4.6.1. VOTAÇÃO-----

-----A Senhora Presidente submeteu à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras (Elisabete Maria de Oliveira Mota Rodrigues de Oliveira, António Maria Balcão Vicente, António Pita de Meireles Pistacchini Moita, Maria de Fátima dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Pessanha da Silva, Ednilson Gilberto Lopes Fernandes Sousa dos Santos, Maria Paula Neto Figueira Martins da Silva, José Maria Godinho Montezo, Rui Pedro Gersão Lapa Miller, António Maria Passos Rosa Lopes da Costa, Domingos Ferreira Pereira dos Santos, Diana Leonor Alves Gonçalves, Nuno Miguel de Oliveira Custódio, Celina Maria Quintas Nascimento Mendonça, António Rita Martins Caro, Isabel Cristina Gomes dos Santos Silva Lourenço e Maria Carolina Candeias Tomé), quatro do Partido Socialista (Alexandra Nunes Esteves Tavares de Moura, Jorge Manuel Damas Martins Rato, Maria de Fátima da Silva Fernandes Brito Filipe e Ricardo Correia Fernandes), três do Partido Social Democrata (Sónia Maria Antas de Barros Amado Gonçalves, Miguel Martins Galvão da Cruz Bugalho e Vítor Eduardo Coutinho Pires Marques), três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras (Mónica dos Santos Albuquerque Correia, David Machado Ferreira e Tomás Perestrelo de Vasconcelos Cardoso Pereira), dois da Coligação Democrática Unitária (Teresa Amélia do Carmo Carvalho e Aníbal José Gonçalves Guerreiro), um do Partido-Pessoas-Animais-Natureza (Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques), um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés (João Manuel d' Oliveira Antunes), um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena (Bárbara Cristina Farinha Nunes Silva), um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas (Inigo Arcanjo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

da Cunha Fialho e Pereira), um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias (Maria Madalena Pereira da Silva Castro) e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo (Dinis Penela Antunes). -----

----- Os Senhores Deputados João Carlos Macedo Viegas, do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras e Frederico Jorge de Barros Pereira Antunes, do Partido Chega, não estavam presentes na altura da votação. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, a qual se dá por transcrita: -----

----- **“DELIBERAÇÃO N.º 7/2025** -----

----- **PROPOSTA C.M.O. N.º 1243/2024 – DRU – RETIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE SUBCONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DA CASA DO GUARDA ESPARGAL, EM PAÇO DE ARCOS, PERTENCENTE AO DOMÍNIO PÚBLICO FERROVIÁRIO – (RETIFICAÇÃO DA PD N.º 302/2024 E DELIBERAÇÃO AM N.º 49/2024)** -----

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil duzentos e quarenta e três barra dois mil e vinte e quatro, a que se refere a deliberação número vinte e sete da Reunião da Câmara Municipal realizada em dezoito de dezembro de dois mil e vinte e quatro, e deliberou por unanimidade dos presentes, com trinta e cinco votos a favor, sendo dezassete do Grupo Político Municipal Isaltino Inovar Oeiras, quatro do Partido Socialista, três do Partido Social Democrata, três do Grupo Político Municipal Evoluir Oeiras, dois da Coligação Democrática Unitária, um do Partido-Pessoas-Animais-Natureza, um do Grupo Político Municipal Inovar União Algés, um do Grupo Político Municipal Inovar Barcarena, um do Grupo Político Municipal Inovar Carnaxide Queijas, um do Grupo Político Municipal Inovar Oeiras Paço de Arcos Caxias e um do Grupo Político Municipal Inovar Porto Salvo, aprovar a retificação das condições gerais do contrato de subconcessão de uso privativo da Casa do Guarda Espargal com a IP Património, no que respeita ao valor da contrapartida no montante de mil e oitocentos euros,

a título anual, ao qual deverá ser acrescido de IVA à taxa legal em vigor (vinte e três por cento), com a consequente retificação da proposta de deliberação número trezentos e dois, de dois mil e vinte e quatro, de dezassete de abril e da deliberação da Assembleia Municipal número quarenta e nove, de dois mil e vinte e quatro, de sete de maio, conforme proposto pelo Órgão Executivo do Município, traduzido naquela deliberação.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar em minuta esta parte da ata.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Está, portanto, aprovada a proposta mil duzentos e quarenta e três.-----

-----Não terminámos a nossa reunião, temos público, temos cinco pessoas que se inscreveram para usar da palavra.”-----

5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

-----“Portanto, começava pelo Senhor Garcia Vasco. Meus senhores, desculpem, não podemos abandonar a sala na altura em que o público vai intervir. Faz favor, o Senhor tem cinco minutos para fazer a sua apresentação.”-----

5.1. O Senhor Garcia Vasco, Município de Cascais, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Cumprimento a Senhora Presidente, o Executivo, demais Deputados.-----

-----Venho aqui como cidadão falar sobre um assunto que me dói. Não sou deste Concelho sou do Concelho de Cascais, mas passo neste Concelho, em direção a Lisboa pela Cruz Quebrada. E dói muito passar ali por trás da Estação da Cruz Quebrada.-----

-----Eu não venho aqui falar sobre as questões do amianto, nem nada disso, são coisas mais simples. Naquela passagem estreita, o piso está irregular e doeu-me uma vez ali uma rapariga com paralisia cerebral e os pais a empurrarem com muita dificuldade a cadeirinha onde ela ia. Ela ia toda contente, porque ia a passear sobre aquele piso irregular que ali está entre a Lusalite e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estação. Aquilo não é digno para ninguém passar ali. Eu passo ali agora diariamente duas vezes, para lá e para cá de velocípede. Passam velocípedes, passam peões, passam pessoas de mobilidade reduzida. Aquilo ali é um entrave, aquilo ali é um sequestro. Quem ali passa muitas vezes e muita gente não passa, não passa ali, não usa aquilo porque não pode. -----

----- Estamos a caminho de eleições, eu não venho aqui atacar ninguém, nem esquerda, nem direita, nem o Executivo, se calhar ataco todos. Se não for feito nada ali, pelo menos uma regularização do piso, claro que aquilo que tem que ser alargado, há projetos para ali, mas isso vai demorar. Se não for pelo menos uma regularização do piso, uma melhoria mínima para as pessoas terem um bocadinho mais de segurança era bom para o poder que está neste momento, manter os votos, senão estarei cá para lhos tirar.-----

----- Muito obrigado” -----

5.2. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada, mas o Senhor não é morador no Concelho de Oeiras, o Senhor próprio declara que mora em São João do Estoril, foi um lapso dos serviços terem aceite a sua inscrição.” -----

5.3. O Senhor Garcia Vasco, Município de Cascais, respondeu, dizendo o seguinte: -----

----- “Sim, mas está dito.” -----

5.4. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Está dito, está dito, agora está fora da Ata, realmente esta intervenção não é...” -----

5.5. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, relativamente a este assunto e antes de dar continuidade se me permitir... Relativamente a este assunto e antes de dar continuidade aos restantes municípios, eu gostava de dizer o seguinte: -----

----- Aqui há talvez dois anos atrás, estive aqui sentado um jovem da JS Oeiras que, no final da sua intervenção foi chamado à atenção, pelo facto de ele não poder fazer a intervenção por

não ser morador do Concelho de Oeiras. Estamos todos recordados... Senhora Presidente eu ainda não terminei. A Senhora Presidente acabou de fazer, mas eu queria-lhe pedir os seus bons ofícios para que os serviços verificassem sempre antes para evitar este tipo de constrangimento.-----

-----Obrigada.”-----

5.6. A Senhora Presidente da A.M. referiu o seguinte: -----

-----“Foi o que eu acabei de fazer, foi pedir e lamentar que quem aceitou a inscrição deste Senhor não tivesse reparado que ele expressamente declara onde mora e eu não conferi e daí ter dado a palavra, portanto, esta intervenção não fica em Ata... quer ficar em Ata? Então fica em Ata com a minha declaração de que... não. Agora não há mais intervenções de membros da Assembleia com a minha declaração que, por lapso, foi aceite esta inscrição.-----

-----Eu tenho agora... no fim os líderes dos grupos políticos têm direito ao uso da palavra, durante estas intervenções do público não.-----

-----Eu tenho três intervenções de pessoas, com o mesmo assunto: horário de funcionamento do Centro Cívico de Carnaxide. Eu pergunto se todos os três munícipes inscritos querem usar da palavra? Os três? Muito bem. Chamo a Senhora Filipa Gomes, faz favor pode vir fazer a sua intervenção. Tem cinco minutos para fazer a sua intervenção.”-----

5.7. A Senhora Filipa Gomes, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Já está, muito obrigada.-----

-----Olá, boa tarde a todos. Chamo-me Filipa Gomes, sou empresária do nosso Concelho. A minha empresa chama-se Excepto Bar, é localizada no Centro Cívico de Carnaxide. Diga? Sou residente sim, em Queijas. Sim, Senhora.-----

-----O Excepto Bar tem trinta anos, faz este ano trinta anos, se Deus quiser. Trinta anos e a situação é:-----

-----No ano passado o horário do Centro Cívico foi reduzido das quatro da manhã para a meia noite, a qual, a redução horária fez com que a faturação baixasse para mais de cinquenta por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cento e, até agora, já dispensei, fui obrigada a dispensar, doze postos de trabalho. Sei que o trabalho do Senhor Presidente, a nível de restauração, tem sido exemplar (e bem) mas, penso que também apoiem os bares, para que consigam dar continuidade a servir os jovens e os menos jovens deste Concelho, como sempre foi até hoje durante estes trinta anos. E é isto. -----

----- Muito obrigada Oeiras.” -----

5.8. O Senhor Carlos Rua, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- Apelo pela extensão do horário de funcionamento dos bares e restaurantes do Centro Cívico de Carnaxide. -----

----- Hoje, venho aqui para fazer um apelo importante em nome dos bares e restaurantes do Centro Cívico de Carnaxide, estabelecimentos que fazem parte do nosso dia a dia, que contribuem para a economia local e, acima de tudo, são verdadeiros pontos de encontro da nossa comunidade.

----- A verdade é que Carnaxide, ao longo dos anos tem crescido significativamente ao nível da habitação e contexto empresarial. Conta com maior número de habitantes, o que veio mudar a dinâmica da freguesia. Deixámos de ser uma vila dormitório, para existir cada vez mais comércio local. -----

----- No entanto, existe um fator que, a meu ver, ainda está a dificultar o pleno potencial do comércio local, principalmente dos bares e restaurantes: a limitação do horário de funcionamento. Atualmente, muitos destes estabelecimentos têm horários de encerramento que limitam a sua capacidade de crescer, inovar e, claro, de proporcionar momentos de lazer à população local.-----

----- Quebras de mais de cinquenta por cento de faturação, enquanto as despesas se mantêm e os rendimentos diminuem.-----

----- Onde está a Câmara de Oeiras e a Junta de Freguesia de Carnaxide que tanto se orgulha de ser justa e promover a igualdade, quando nas outras freguesias e alguns locais em Carnaxide se mantém o horário das duas da manhã?-----

-----O Centro Cívico é um ponto de encontro central entre a população, especialmente evidente nos fins de semana e nas noites de dias úteis quando procuram um lugar onde possam conviver, ou simplesmente descontraír após um dia de trabalho. No entanto, os horários restritos fazem que com momentos de convívio sejam limitados, obrigando muitos a procurar alternativas noutras áreas fora do Concelho, onde os horários são mais flexíveis. -----

-----As alegadas queixas de ruído e desacatos foram eventos excepcionais, causados por indivíduos externos aos bares e restaurantes, movidos por interesses pessoais, sendo que diversas alegações como sujidade, pinturas do tipo grafiti, restos de lixo e consumo de substâncias ilícitas são causadas tanto de dia como de noite.-----

-----A obrigatoriedade de fecho até à meia noite aumentou os aglomerados populacionais nas ruas de Carnaxide. Isso sim, é prejudicial, pois o barulho e desacatos são mais propícios a acontecer. Gostava ainda de salientar que o administrador do Centro Cívico escalou a situação para um contexto diferente, pois os acontecimentos relatados como indevidos, em nada tiveram ligação com os proprietários dos bares. Estes sempre se disponibilizaram para combater situações de desacatos, ou até mesmo ruído ao longo de mais de uma década em que se praticou o horário até às quatro da manhã. Já nem pedimos os nossos horários de funcionamento de toda a vida, que foi até às quatro da manhã, aquilo a que habituámos os nossos clientes.-----

-----Pedimos sim, dignidade, pelo menos até às duas da manhã, horário que talvez possa diminuir o impacto financeiro que esta alteração causou. Se tal não acontecer, provavelmente o Centro Cívico daqui a uns meses em vez de local de comércio ativo, passa apenas a ser um espaço vazio. -----

-----Em relação à disponibilidade dos bares e restaurantes para que tudo se mantenha consoante as regras de convivência em sociedade democrática, sempre estamos dispostos a zelar pela segurança dos nossos clientes. Mostramos estar dispostos a contratar seguranças, ou até mesmo policiamento, para que.... Será que esta função não pertence à Câmara, que devia ser a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

primeira interessada em preservar a comunidade, e não prejudicar património em comum?-----

----- A questão dos horários não se trata apenas de uma conveniência individual, trata-se de promover um equilíbrio entre as necessidades da comunidade e a preservação do comércio. Claro, sabemos que é necessário garantir o respeito pelo descanso dos moradores, mas também sabemos que com a devida regulamentação e implementação dos horários razoáveis, podemos encontrar soluções que permitam o bem-estar comum, que se manteve durante mais de doze anos. Não é agora que irá mudar. -----

----- Neste sentido, apelamos a que reconsiderem os horários de funcionamento de bares e restaurantes de Carnaxide. Propomos que seja dada a oportunidade de extensão pelo menos do horário das duas da manhã, tal como nas outras freguesias do Concelho de Oeiras.-----

----- Este é um apelo por mais liberdade, mais oportunidades e, acima de tudo, por mais qualidade de vida para todos. Vamos juntos fazer do Centro Cívico de Carnaxide aquilo que este sempre foi: lugar de partilha e convivência sem restrições. -----

----- Obrigado pela atenção.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Paula Maria Rodrigues Ambrósio, que nos vem falar sobre bem-estar animal, faz favor.” -----

5.9. A Senhora Paula Ambrósio, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção-----

----- “Boa tarde a todos.-----

----- O meu nome é Paula Ambrósio, cuidadora voluntária de colónias de gatos do Município de Oeiras. Hoje, volto a esta Assembleia para abordar um problema ético, legal e administrativo profundamente grave, que exige uma resposta imediata e concreta. -----

----- O Contexto:-----

----- Desde outubro passado, tornou-se evidente que o Regulamento seiscentos e seis/dois mil e dezanove foi criado para transferir responsabilidades municipais para os cuidadores,

contrariando a Portaria que o rege, a cento e quarenta e seis/dois mil e dezassete, de vinte e seis de abril, e o artigo quatro da Lei setenta e um de três de novembro (a Lei do Voluntariado). Este regulamento reflete uma tentativa consciente de se esquivar às responsabilidades legais e financeiras que cabem exclusivamente ao Município. -----

-----Apesar das várias tentativas de contacto, o Senhor Vereador Nuno Neto manteve-se em silêncio, forçando-me a trazer esta questão à Assembleia no passado dia três de dezembro. Ainda assim, só obtive uma resposta em janeiro, que trouxe mais burocracia e não solucionou o problema.-- -----

-----O Imbróglio Legal Criado:-----

-----Este regulamento contém inúmeras violações legais e administrativas:-----

-----Contradiz a Portaria cento e quarenta e seis/dois mil e dezassete, de vinte e seis de abril, violando normas superiores e criando cláusulas nulas à luz do artigo cento e trinta e sete, número dois, do Código do Procedimento Administrativo (CPA).-----

-----Viola a Lei setenta e um/noventa e oito, de três de novembro (a Lei do Voluntariado), tratando cuidadores como prestadores de serviços e impondo-lhes encargos financeiros proibidos por lei. -----

-----Desrespeita o artigo cento e doze, número oito da Constituição da República Portuguesa, que estabelece a prevalência de normas legais superiores sobre regulamentos municipais. -----

-----Ignora o artigo nono do CPA, que exige boa administração, e o artigo duzentos e sessenta e oito da Constituição, que assegura o direito à transparência administrativa.-----

-----Além disso, é evidente que o regulamento foi estruturado para explorar os esforços voluntários, enquanto o Município se beneficia de financiamentos externos. Isso reflete não só a negligência, mas também uma falta de compromisso ético com a transparência e a justiça. -----

-----A Urgência e a Responsabilidade: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Este regulamento não apenas viola a legalidade, mas também compromete a ética administrativa e o bem-estar dos animais. A simples promessa de revisão do regulamento não é suficiente. É essencial que o Município demonstre um compromisso imediato em cumprir rigorosamente todas as suas obrigações legais.-----

----- Sem a implementação efetiva das responsabilidades que lhe cabem, este Executivo perpetuará as injustiças já existentes. Garantias concretas são indispensáveis, incluindo:-----

----- A assunção absoluta e eficaz de todas as responsabilidades do Município no âmbito do Programa CED, incluindo a cobertura integral das despesas associadas e, com isso, o bem-estar dos animais,-----

----- A proteção dos cuidadores, com seguro obrigatório e reconhecimento como voluntários, conforme estipulado na Lei número setenta e um/noventa e oito;-----

----- A aplicação transparente e rastreável dos recursos financeiros destinados ao programa, assegurando o cumprimento da Lei número cento e cinquenta e um/dois mil e quinze (a Lei do Enquadramento Orçamental).-----

----- Para concluir:-----

----- Exijo uma resposta firme e célere, fixando o prazo máximo de cinco dias úteis, atendendo a que o Senhor Vereador Nuno Neto já tem este assunto em mãos há mais de noventa dias sem qualquer tipo de resposta, para apresentação duma solução clara e concreta. A falta de ação até agora, demonstra negligência e desrespeito pela legalidade, pelos cuidadores e pelo bem-estar dos animais.-----

----- Este Executivo tem a obrigação de corrigir este erro imediatamente, de implementar mecanismos de fiscalização eficazes e de provar que está comprometido com a legalidade, a ética e o bem-estar animal. Corrigir esta situação é mais do que uma obrigação legal; é uma oportunidade de reconstruir a confiança dos cidadãos na administração pública.-----

----- E, se me permitem um comentário final: o Executivo sabia que este dia chegaria.

Quando se age em clara desconformidade com a lei, as consequências tornam-se inevitáveis. Agora é o momento de corrigir, sem desculpas de falta de recursos, tempo ou outros. Se sabiam das ilegalidades, deveriam ter-se preparado para este momento.-----

-----Muito mais haveria a denunciar, mas os cinco minutos de que disponho não me permitem aprofundar todas as irregularidades envolvidas. Ressalto, no entanto, que o detalhe de toda esta explicação foi enviado, por email, ao Senhor Presidente no dia nove de janeiro deste ano, ainda sem qualquer ação concreta. -----

-----Corrigir esta situação é um imperativo legal e ético, e todos esperamos que este Município demonstre o compromisso que apregoa para com a sua população e o bem-estar animal. Cada dia sem uma solução concreta significa mais sofrimento para os animais e mais sacrifícios para os cuidadores, que continuam a arcar sozinhos com responsabilidades que pertencem ao Município. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

-----“Estava o microfone desligado, vou repetir. A nossa munícipe Carolina Miguel vem falar sobre o horário de funcionamento do Centro Cívico de Carnaxide. Boa tarde, faz favor.” ---

5.10. A Senhora Carolina Miguel, munícipe de Oeiras, fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigada. Boa tarde.-----

-----O meu nome é Carolina Miguel, eu tenho um estabelecimento comercial no Centro Cívico de Carnaxide, e venho apelar ao bom-senso de todos, pelo alargamento do horário, visto eu ter, no meu caso, uma garrafeira e um bar. Muitas vezes dou comigo, os clientes aparecem lá às onze e meia, vinte para a meia noite, depois de saírem dos restaurantes, aparecem lá para beber um copo, e não os posso servir, porque à meia noite eu tenho que fechar as minhas contas e tenho que fechar a porta. E tenho ali..., eu abro às duas da tarde, as pessoas começam a chegar por volta das cinco e meia, seis horas, depois saem, vão jantar, porque eu não tenho o CAE de restauração,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e quando voltam, eu tenho meia hora, muitas vezes vinte minutos, dez minutos para atender as pessoas o mais rápido possível para conseguir faturar alguma coisa. -----

----- E, por isso, eu apelo que pelo menos nem que seja à sexta e ao sábado, que nos deixassem ficar até às duas da manhã. O resto dos dias, pronto, a meia noite é saudável, porque as pessoas vão para casa. Agora, naqueles dias sexta, sábado e véspera de feriados, de forma a que nós consigamos faturar mais um bocado e manter o Centro Cívico vivo. Nós, por exemplo, queremos fazer, uma vez fizemos lá uma “noite de rock”, a “noite de rock” começou às seis da tarde e à meia noite estávamos a fechar a porta. Toda a gente a pedir mais, mais... Não podemos. Não podemos, temos mesmo de fechar a porta. Queremos fazer uma “noite de fados” em que convidamos todas as pessoas para irem, dou comigo... Eu vim para Lisboa aos treze anos e fui morar para Carnaxide, vivi muitos anos em Carnaxide, depois saí e agora voltei como comerciante. Tenho muitos amigos ali da zona que me dizem: “Carolina, não vamos ao teu estabelecimento porque à meia noite tens que fechar a porta”. Ficam por Linda-a-Velha, ficam por Algés, ou até vão para outros espaços em Carnaxide, que não no Centro Cívico, que podem estar abertos até às duas da manhã. -----

----- E, por isso, eu apelo a todos vocês. -----

----- Obrigada por me terem ouvido. Boa tarde.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Obrigada pela sua intervenção, muito boa tarde. -----

----- Senhor Vice-Presidente quer responder a alguma coisa? Faz favor.”-----

5.11. O Senhor Vice-Presidente da C.M.O. prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ao público que interveio agradeço as suas intervenções. -----

----- Sobre o Centro Cívico de Carnaxide:-----

----- Ponto um: Não tenho nenhuma reclamação de horário de nenhum restaurante.

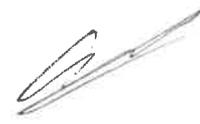
Portanto, dos bares acredito, dos restaurantes nunca nos chegou nenhuma reclamação de horários.

-----Depois sobre os bares, nada nos agradaria mais a nós, Executivo Municipal, do que conseguir ter as casas de diversão noturna a funcionar normalmente no Concelho, mantendo a paz social e o respeito pela vizinhança.-----

-----Ora, o que aconteceu no Centro Cívico de Carnaxide, como Vossas Excelências sabem tão bem como nós, foi uma situação na qual o Executivo teve que reduzir o horário de funcionamento dos bares. Ninguém quer reduzir o horário de funcionamento dos bares e é claro que estamos dispostos a revê-lo e a analisar a evolução da situação. Senhores Deputados, quem não conhece a situação, antes da redução dos horários, houve algumas rixas, algumas delas com alguma gravidade, no Centro Cívico de Carnaxide e não foi por acaso que os horários foram reduzidos. Não é por acaso que os horários atribuídos àquele local foram ao encontro dos pareceres das autoridades de segurança e não foi por acaso que aquela medida foi adotada. Se nos dizem que podemos tomar novas medidas e tentar fazer outros horários, com certeza. Desde já, com policiamento local ou segurança suportado pelo Município, não. É uma atividade específica e essa atividade específica tem que suportar a especificidade da própria atividade. No entanto, estou totalmente disponível para os receber, tenho lá um pedido de reunião que por ter sido próximo do final do ano não foi possível receber-vos e rever os horários. Até porque... eu estou a falar com algum cuidado porque sei porque é que os horários foram reduzidos. Espero que a situação esteja controlada de modo a podermos repor ou alterar os horários um bocadinho, se a situação já estiver controlada. -----

-----Senhora Presidente, dizer o seguinte:-----

-----Meus senhores... já disse que estou disposto a receber. Depois dizer-vos outra coisa. Não é que não vá lá, eu conheço o Centro Cívico, vou muitas vezes ao Centro Cívico com o Senhor Presidente da União de Freguesias. Antes de fechar ou de alterar o horário dos bares, fui ver, não de modo tão reconhecível provavelmente, mas fui ver. Reconheço, portanto, não foi de ânimo leve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e muito menos, sem bom senso, muito menos. Todavia, faremos a tal reunião e conversaremos sobre as medidas que podem ser adotadas para incrementar os níveis de segurança, desde que da parte de quem tem que dar parecer sobre estes horários nos digam que podem ser aumentados os horários. -- -----

----- Senhora Presidente, sobre a questão da munícipe Paula Ambrósio agradecia a sua licença, uma vez que o nome do Vereador Nuno Neto foi aqui chamado e foi o alvo ou objeto de algumas acusações, creio que o Senhor Vereador é a pessoa mais indicada para responder pelo Executivo.”-----

5.12. O Senhor Vereador Nuno Neto prestou os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Muito boa tarde a todos, Senhora Presidente, Senhores Deputados, Senhora Dona Paula Ambrósio.-----

----- É importante aqui referir que as questões que a Senhora Dona Paula Ambrósio tem suscitado ao longo dos tempos, têm sido respondidas, quer pelo meu Gabinete quer pelos Senhores Veterinários Municipais que me dão conhecimento. -----

----- Dizer também que é natural que, quando a mesma questão é repetida à exaustão a resposta não acompanhe o número de perguntas. No entanto, as questões, tal como foram aqui colocadas têm vindo a ser colocadas em termos legais e, portanto, foram remetidas ao Gabinete Jurídico da Câmara Municipal para dar parecer sobre as questões suscitadas e estamos a aguardar o parecer para responder à Senhora Dona Paula Ambrósio, nos termos em que ela coloca.-----

----- Muito obrigado.”-----

5.13. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada.-----

----- “Já o Senhor Vice-Presidente deu esclarecimentos que eu não saberia dar. O Senhor Vereador Nuno Neto também e agora, portanto, espero que os senhores farão a reunião com o Senhor Vice-Presidente e que consigam chegar a algum entendimento, que lhes permita realmente

funcionarem, mas que também haja segurança e haja bem-estar no Centro Cívico.-----

-----Os grupos políticos têm três minutos, o Evoluir Oeiras já pediu a palavra e é um representante de cada grupo político durante três minutos, faz favor, os senhores escolhem e o Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) pretende usar da palavra? Não, portanto, faz favor Senhor Deputado do Evoluir e depois a Senhora Deputada Ana Silvia Marques pelo PAN.” -----

5.14. O Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Nós estamos confortáveis em ser só uma pessoa a responder. Não precisamos de nos dividir como a Câmara precisou. -----

-----Três notas muito rápidas: -----

-----A primeira, é que aquilo que nós interpretamos do Regimento da Assembleia Municipal do seu artigo sessenta e sete, aquilo que nos parece é que, e não falo de nenhuma intervenção em específico de hoje, falo de regra geral, é que quem vem cá falar de assuntos de relevo para o Município não precisa necessariamente de ser residente para ter uma intervenção não só relevante, como estando ao abrigo daquilo que está no Regimento. Portanto, teoricamente, alguém que não vivesse, mas trabalhasse cá, tivesse cá o seu negócio, parece-nos que seria bom ter o direito de usar da palavra, como teve até agora aqui nesta Assembleia Municipal. -----

-----Segunda nota: Quanto ao Centro Cívico e às três intervenções que aqui houve hoje. Nós estamos solidários com as pessoas do Centro Cívico que aqui intervieram hoje e com os proprietários de bares e empresários que operam no local. Há uma tendência que vemos cada vez mais um pouco por todo o país, nas nossas cidades, de reduzir, de limitar os horários destes espaços de diversão noturna e parece-nos que é uma tendência negativa. -----

-----O Centro Cívico de Carnaxide é um espaço de convívio da comunidade, é um espaço de construção de comunidade e limitar uma das vertentes e uma das facetas dessa construção de comunidade, neste caso é de diversão noturna que é importante, parece-nos extremamente negativo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

não só, mas também, para os empresários que têm os seus negócios nesses espaços, mas também para a própria comunidade de Carnaxide. Eu próprio, quando era mais novo frequentava ainda mais do Centro Cívico do que aquilo que frequento hoje, já frequentei alguns dos espaços de proprietários que aqui falaram hoje e na altura frequentava-os até mais tarde, nunca tive problemas, nunca vi problemas. Acredito que esses problemas possam acontecer, mas não acontecem necessariamente por causa da operação destes negócios, por causa destes negócios existirem. Portanto, eu acredito que é perfeitamente possível conjugar um horário mais alargado para esses espaços e, ao mesmo tempo resolver os problemas, quaisquer que eles sejam, tenho a certeza que não são coisas mutuamente exclusivas e que está perfeitamente ao alcance da Câmara resolver a questão, permitindo um alargamento dos horários que ainda por cima, aquilo que ouvimos hoje em termos de exigências de alargamento de horários é uma exigência perfeitamente razoável. Nem sequer é reverter aos horários mais antigos das quatro da manhã. Compreendemos que houvesse aí alguns problemas, é uma exigência ainda mais moderada e razoável do que isso. Nós compreendemos que os outros deputados municipais não tenham interesse neste assunto, mas nós temos e, portanto, eu continuo a minha intervenção. -----

----- Queria também referir, relativamente à senhora munícipe Paula Ambrósio e à questão do bem-estar animal, eu tenho ideia que na última vez que a questão foi cá levantada, houve uma referência a respostas do Senhor Vereador Nuno Neto que tinham sido dadas. E nós, na altura, pedimos que essas respostas nos fossem remetidas e, tanto quanto nós sabemos, nós não recebemos. Não sei o que é que se passou, nós não recebemos e, portanto, gostaríamos (voltamos a pedir) de ter acesso a essas respostas. -----

----- E só dizer, terminando, que estamos naturalmente solidários com a causa da senhora munícipe Paula Ambrósio, estamos solidários com a causa do bem-estar animal, temo-nos batido por ela aqui na Assembleia Municipal, vamos continuar a bater-nos e prometemos que vamos acompanhar este assunto com ainda mais atenção, e pressionar a Câmara para que haja

desenvolvimentos positivos. -----

-----Muito obrigado, Senhora Presidente.”-----

5.15. A Senhora Deputada Ana Sílvia Marques (PAN) disse o seguinte:-----

-----“Obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Dizer relativamente à intervenção da senhora Paula Ambrósio não foi, pode parecer, mas não foi encomendada por mim. É um assunto que eu já falei várias vezes e aliás prova disso foi aquando da aprovação do regulamento, que foi no dia dezoito de junho de dois mil e dezanove. Se lerem a minha intervenção que consta da Ata número catorze, podem ver que eu digo exatamente aquilo que a senhora veio aqui dizer. Portanto, isto não é um assunto novo, já nessa altura o meu voto contra foi precisamente por não concordar com o estarem a honrar as cuidadoras que prestam um serviço voluntário e já prestam um grande serviço à Câmara. Sem elas este programa não ia avante e, portanto, dizer que não posso estar mais solidária com o que ela nos veio aqui transmitir. -----

-----Obrigada.”-----

5.16. A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

-----“Nós não pensaríamos que seria encomendado porque a Senhora Deputada tem o seu tempo de intervenção, e sabemos que realmente o faria e como fez, eu nem me lembrava do que se passou em dois mil e dezanove. -----

-----Muito obrigada. -----

-----Senhor Deputado António Vicente (IN-OV), faz favor.”-----

5.17. O Senhor Deputado António Vicente (IN-OV) fez a seguinte intervenção:-----

-----“Obrigado, Senhora Presidente. -----

-----Uma coisa muito simples, aliás, dois pontos muito simples.-----

-----Em primeiro lugar fazer uma constatação, é reconhecer que o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) não ouviu uma única palavra daquilo que disse o Senhor Vice-Presidente ou se ouviu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

fez que não ouviu.-----

----- O segundo ponto: Dar-lhe os parabéns, dar os parabéns ao Senhor Deputado Tomás Pereira (EO), não ao Senhor Vice-Presidente, pela nova especialidade dele, Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) da qual nós não tínhamos conhecimento. Ficámos a saber, hoje, que o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) é um especialista em áreas de segurança. -----

----- Disse, Senhora Presidente.” -----

----- A **Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte:-----

----- “Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) faz favor.” -----

5.18. A Senhora Deputada Alexandra Tavares de Moura (PS) fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Para solicitar ao Executivo, relativamente à situação que foi aqui exposta pelos três comerciantes do Centro Cívico de Carnaxide, gostaríamos de solicitar à Câmara que nos seja formalmente explicado o que é que efetivamente aconteceu, dentro da medida (e tendo em consideração as questões de segurança e as questões de proteção de dados, que possam estar envolvidas nessa situação), para que nos possamos pronunciar de forma mais informada e mais esclarecida. -----

----- No entanto, queríamos deixar aqui claro o seguinte: se os horários destes estabelecimentos de comércio eram até às quatro da manhã e foram reduzidos até à meia noite, com o argumento securitário que me pareceu ter sido dado, queremos dizer que nós não nos revemos em atitudes securitárias por parte do Estado, seja ele o Estado Central, ou seja ele o Estado Local. Razão pela qual o que solicitamos é que, e por isso pedimos os dados, por isso mesmo é que queremos perceber o que é que se passou para nos podermos pronunciar, porque entendemos que tem que haver aqui um meio/meio. Tem que se encontrar uma solução que não ponha em causa aquilo que é o desenvolvimento também da atividade económica daquele espaço, que deu trabalho, e dá trabalho a muitas pessoas, acabámos de ouvir que, num dos locais, já foram dispensadas, ou

seja, despedidas, doze. -----

-----Sobre a situação que a cidadã trouxe, a Senhora Dona Paula Ambrósio, o que nós queríamos solicitar, caso seja possível, é que assim que esteja pronto o parecer do Gabinete Jurídico, que se avance, no caso de se encontrarem verdadeiramente ilegalidades, com a revogação daquilo que são os artigos que estão ilegais. Porque isso é que nos parece que é a forma de fazermos justiça e, portanto, folgamos em saber que já está em curso esta revisão jurídica dos artigos que têm vindo a ser chamados à atenção. -----

-----Muito obrigada.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte: -----

-----“Muito obrigada.-----

-----Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) faz favor.”-----

5.19. A Senhora Deputada Sónia Gonçalves (PSD) fez a seguinte intervenção: -----

-----“Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

-----Quanto aos empresários que estiveram aqui do Centro Cívico de Carnaxide, dizer que este tema esteve em debate na reunião de Câmara. Foi votada pelos vereadores a redução do horário por questões de segurança. Agora, o Senhor Vice-Presidente abriu aqui uma fresta para que se conseguisse encontrar uma solução de um novo alargamento do horário. Sabemos, segundo disse o Senhor Presidente que houve autoridades, penso que terão sido as forças de segurança que se terão pronunciado favoravelmente à redução do horário, mas tentar aqui, junto também dos empresários e em comunhão de esforços, encontrar aqui alguma solução, não só para se trazer de novo a vida ao Centro Cívico, como naturalmente permitir que estes empresários consigam tirar os maiores proveitos dos seus negócios que, naturalmente, é para isso que os abriram. -----

-----Depois dizer que, relativamente à munícipe Paula Ambrósio, de acordo com aquilo que disse o Senhor Vereador Nuno Neto, está a ser elaborado pelo GCAJ (Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico) uma resposta em termos jurídicos aos reparos que a munícipe aqui trouxe hoje



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e, portanto, o PSD queria requerer, Senhora Presidente, que essas mesmas respostas, ou esse mesmo parecer que está a ser elaborado pelo GCAJ possa ser também trazido ao conhecimento dos deputados, para que possamos acompanhar a progressão deste assunto, e que possamos estar dentro dos contornos do mesmo.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- A Senhora Presidente da A.M. disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada.-----

----- Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carnaxide e Queijas.”-----

5.20. O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas) referiu o seguinte: -------

----- “Olá. Cara Presidente, caros Vereadores, caro Vice-Presidente, caros Deputados e também ao público que está aqui presente.-----

----- Dar uma palavra relativamente a esta questão dos comerciantes que cá estão presentes, também estiveram na última Assembleia de Freguesia que ocorreu em dezembro de dois mil e vinte e quatro e dizer que nós, Junta de Freguesia, eu também tenho a noção de que o Município de Oeiras está do lado dos comerciantes de todo o Concelho, e um bom exemplo disso foi na altura da pandemia que criou vários mecanismos para que pudessem operar, devido a todas as restrições que foram impostas pelo Governo.-----

----- Relativamente à questão em causa. O horário foi reduzido, porque houve várias reclamações da população, dos lojistas, de quem gere o Centro Cívico. A PSP tinha várias reclamações por parte da população e também todos os partidos que têm assento na Assembleia de Freguesia, todos, incluindo até o Evoluir Oeiras, solicitaram à Junta de Freguesia também que fizesse algo. Ou seja, antes do horário estar reduzido todos pressionavam para que alguma coisa fosse feita...”-----

----- **Alguém interveio, mas dado que o fez com o microfone desligado, não foi possível**

transcrever o que foi dito. -----

-----**O Senhor Deputado Inigo Pereira (Presidente da U.F. Carnaxide e Queijas)**
continuou a sua intervenção e disse o seguinte: -----

-----“Dizer-vos que foi uma decisão que não foi fácil, estiveram envolvidas várias entidades que ajudaram a tomar essa decisão, a PSP, tal como o Vice-Presidente acabou de mencionar, a ACECOA e outras entidades que determinaram o encerramento dos bares à meia-noite. Após essa decisão, todas as bancadas na Assembleia de Freguesia vieram parabenizar o Município de Oeiras pelo acontecido. A bancada do PS, está em Ata, a bancada do Evoluir e todas as presentes. No entanto, eu reuni com os empresários que estão aqui presentes, falei com o Presidente da Câmara, falei com o Vice-Presidente na altura e o que eu sugeri aos comerciantes que estão aqui presentes foi, peçam uma solução, a solução que eles apresentaram de alargar um pouco mais o horário, garantir segurança e isso foi feito, os que estão aqui presentes podem confirmar, o pedido foi feito ao Município de Oeiras e, tal como Vice-Presidente mencionou há pouco, a reunião só não aconteceu, porque já estávamos quase a chegar ao final do ano. E, também no seguimento da última Assembleia de Freguesia o que reportaram foi tudo reportado ao Vice-Presidente da Câmara e também ao Presidente. Por isso, da nossa parte à vontade, não é porque o Senhor Deputado Tomás Pereira (EO) diz que é a favor e que está do lado dos comerciantes, que é por isso que vamos reunir com os comerciantes, não é por isso. Nós defendemos mais do que todos os nossos comerciantes e queremos o melhor para o Centro Cívico de Carnaxide.” -----

6. A Senhora Presidente da A.M. conclui dizendo o seguinte: -----

-----“Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

-----Bem, aos senhores munícipes que aqui apresentaram as suas questões. Ouvimos com toda a atenção e como viram é propósito de todos resolver ou melhorar a situação existente. O Senhor Vice-Presidente já disse que faria uma reunião convosco, que iria estudar, iria ver, enfim, uma maneira de os senhores também poderem desenvolver o vosso comércio, mas temos de ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

em conta a segurança e o bem-estar de todos, não só de quem frequenta os bares, como de toda a outra população, mas é esse o nosso interesse. -----

----- Agradecer a vossa intervenção, a confiança que tiveram na Assembleia Municipal de Oeiras para virem expor os vossos problemas e contarão realmente com a nossa boa vontade e o nosso propósito de melhorar a situação dos cidadãos do nosso Concelho. Agradeço a todos a vossa presença, aos meus colegas da Assembleia Municipal. Voltaremos a reunir-nos, se Deus quiser, no próximo dia vinte e um. -----

----- A todos uma boa noite.” -----

7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

----- A Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às dezanove horas e trinta minutos.

----- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente, e pelos Secretários da Mesa. -----

----- A Presidente, -----

----- O Primeiro Secretário, -----

----- O Segundo Secretário, -----

